

**A Face da Reincidência**

Consequências da representação implícita da reincidência na  
prossociabilidade.

Diogo Filipe Soares Dinis

25205

**Orientadora:**

Prof. Doutora Mariana Pires de Miranda

**Orientador:**

Prof. Doutor Miguel Basto-Pereira

**Orientador do Seminário de Dissertação:**

Prof. Doutor Miguel Basto-Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

**MESTRE EM PSICOLOGIA FORENSE**

**2021**

## **CONTRA CAPA**

## **Abstract**

Desde o apoio políticas públicas a decisões legais, os enviesamentos estão na base da discriminação. Uma vez que a percepção de faces afeta as decisões tomadas, neste estudo estudamos o impacto da representação implícita da face de criminosos com alta probabilidade de reincidência sobre o comportamento prossocial e os mecanismos que conduzem ao mesmo. Foi também avaliado o efeito moderador do recurso a um instrumento de avaliação de risco - LS/CMI nos efeitos da reincidência na prossociabilidade. Num estudo piloto (n = 44) utilizou-se a metodologia de correlação reversa para aceder às faces e antifaces da reincidência com ou sem instrumento de suporte à avaliação. Num estudo com 269 avaliadores independentes, os resultados mostraram que a representação visual do reincidente tem um efeito indireto negativo nas intenções de comportamentos prossociais. Esse efeito é mediado pela similaridade, seja através da atribuição de emoções, seja pela identificação com o outro. O recurso ao LS/CMI não teve impacto na prossociabilidade, mas diminuiu um efeito prévio da representação da reincidência sobre a valência das emoções atribuídas. Uma análise de moderação com orientação de dominância social medida não mostrou resultados significativos. O estudo contribuí para a descrição dos mecanismos entre os enviesamentos implícitos e a discriminação levantando questões sobre as suas consequências e implicações para o sistema criminal.

*Keywords:* Reincidência; Comportamento Prossocial; Similaridade; Correlação Reversa; LS/CMI

## **Abstract**

From support to public policies to legal decisions, biases underlie discrimination. Since the perception of faces affects decisions, in this study we study the impact of the implicit representation of the face of criminals with a high probability of recidivism on prosocial behavior and the mechanisms that lead to it. The moderating effect of using a risk assessment instrument - LS / CMI on the effects of recidivism on pro-sociality was also evaluated. In a pilot study (n = 44) the reverse correlation methodology was used to access the faces and antifaçes of recidivism with or without an assessment support instrument. In a study with 269 independent evaluators, the results showed that the visual representation of the repeat offender has an indirect negative effect on the prosocial behavior intentions. This effect is mediated by similarity, either through the attribution of emotions or through self-other identification. The use of LS/CMI had no impact on pro-sociality, but it reduced a previous effect of the representation of recidivism on the valence of attributed emotions. A moderation analysis with measured social dominance orientation obtained no results. The study contributed to the description of the mechanisms between implicit biases and discrimination, raising questions about its consequences and implications for the criminal system.

*Keywords:* Recidivism, Prosocial Behavior, Similarity, Reverse Correlation, LS/CMI

*Here the ways of men divide. If you wish to strive for peace of soul and happiness, then believe; if you wish to be a disciple of truth, then inquire.*

- Friedrich Nietzsche

# Índice

|   |    |
|---|----|
| Introdução .....  | 1  |
| O Impacto dos Enviesamentos Sociais (na Reincidência) ..... | 1  |
| As Faces .....  | 2  |
| O Impacto na Prossociabilidade .....                        | 4  |
| O Papel da Similaridade .....                               | 4  |
| O Papel da Desumanização .....                              | 6  |
| A Realidade Jurídica .....                                  | 9  |
| Orientação para a Dominância Social .....                   | 9  |
| Avaliação do risco .....                                    | 10 |
| A Presente Investigação .....                               | 14 |
| Estudo Piloto - Fase de Classificação .....                 | 17 |
| Método .....  | 18 |
| Delineamento e Participantes .....                          | 18 |
| Procedimento e Materiais .....                              | 18 |
| Resultados .....  | 21 |
| Estudo 1 - Fase de Avaliação .....                          | 22 |
| Método .....  | 22 |
| Delineamento e Participantes .....                          | 22 |
| Procedimento e Materiais .....                              | 23 |
| Resultados .....  | 25 |
| Efeitos na percepção .....                                  | 25 |
| Consequências da Percepção .....                            | 28 |
| Discussão .....   | 34 |
| Impacto direto da face .....                                | 35 |
| Efeitos sobre a prossociabilidade .....                     | 38 |
| Alterações aos efeitos da face da reincidência .....        | 40 |
| Implicações para os Reincidentes e para a Sociedade .....   | 42 |
| Limitações e Estudos Futuros .....                          | 44 |
| Conclusões .....  | 45 |
| Referências .....   | 46 |
| Anexos .....  | 66 |

## Índice de Figuras

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1.</b> Modelo de Mediação paralela proposto nas hipóteses H1, H1a e H1b.....   | 16 |
| <b>Figura 2.</b> Modelo de mediação paralela moderada proposto nas hipóteses H3, H3a e H3b. ....   | 17 |
| <b>Figura 3.</b> Imagens de Classificação e Anti Imagens de Classificação. ....  | 21 |
| <b>Figura 4.</b> Médias do Tipo de Emoções Atribuídas por Face e Anti-face .....   | 26 |
| <b>Figura 5.</b> Modelo de Mediação Paralela de Infrahumanização e Identificação Eu-Outro. ....  | 29 |
| <b>Figura 6.</b> Modelo de Mediação de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro.....  | 30 |
| <b>Figura 7.</b> Modelo de mediação paralela de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro moderada pela Orientação para a Dominância Social..... | 31 |
| <b>Figura 8.</b> Modelo de mediação paralela de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro moderada pela Orientação para a Dominância Social..... | 32 |

## **Introdução**

Em todos os períodos históricos, o comportamento criminal e a violência quase sempre foram vistos como uma ameaça a uma sociedade civilizada (Zara & Farrington, 2015). Na verdade, apesar dos esforços para os condenar social e legalmente ao longo da história, estes fenómenos continuam a representar um problema de qualquer sociedade atual. Segundo o positivismo sociológico de Émile Durkheim, o crime surge como um sintoma do que está errado na sociedade, demonstrando a existência de problemas sociais (March, 2007; Siegel, 2016). Podendo o crime apresentar-se como um diagnóstico social, é pertinente estudá-lo a si e aos seus fenómenos, visando contributos que possam impactar a humanidade.

Tal como o crime, a reincidência criminal acarreta consequências negativas para a sociedade em geral, tanto ao nível da segurança dos cidadãos, como ao nível dos custos implicados que recaem sobre os governos e respetivos sistemas de justiça (Zara, 2005). Não é possível fazer uma comparação totalmente válida das suas taxas ao redor do mundo dada a inexistência de dados de todos os países e pelas diferenças nos parâmetros utilizados para a calcular. Ainda assim, estudos apontam para que estas cheguem a ser tão altas quanto 60% (Fazel & Wolf, 2015; Yukhnenko et al., 2019). Por estas razões, diversas teorias foram criadas para tentar explicar, não só o que leva os indivíduos a cometer crimes, mas também porque continuam a fazê-lo, tentando explicar, prever e prevenir estes fenómenos de modo a reduzir os custos associados (Farrington, 2015, Bonta & Andrews, 2017; Siegel, 2016).

Segundo Zara e Farrington (2015), a reincidência criminal é definida como o envolvimento criminal de uma pessoa que, após já ter sido condenada uma primeira vez, comete um novo crime e incorre numa nova condenação. Embora dependente de uma multiplicidade de fatores, os autores destacam défices neuropsicológicos e um histórico familiar pobre como as principais causas de ofensas persistentes ao longo da vida. Das teorias criadas para explicar a génese e manutenção da conduta/carreira criminal, teorias como a da Desorganização Social (Sampson & Groves, 1989), a das Oportunidades Diferenciadas (Rivera e Short, 1966) e a da Rotulação (Becker, 1963) destacam também o impacto que os fatores sociais como a discriminação, podem ter não só na primeira ofensa como também na manutenção da carreira criminal (Siegel, 2016).

### **O Impacto dos Enviesamentos Sociais (na Reincidência)**

As atitudes face aos outros são frequentemente impactadas pela pertença a diferentes grupos sociais. Quando comparadas com membros do mesmo grupo, pessoas de grupos sociais

diferentes do seu estão mais sujeitas a preconceito e discriminação através de enviesamentos emocionais e comportamentais que as colocam em desvantagem (Tajfel et al., 1971). A partir do momento em que alguém ganha o rótulo de criminoso, fica suscetível a todo o preconceito e discriminação que o acompanham. Por esta razão, muitos ex-ofensores encontram-se em posições marginalizadas, o que acaba por bloquear a ativação do processo de automudança (Zara, 2005; Zara & Farrington, 2015). Adicionalmente, como exposto na teoria da rotulação, a falta de suporte social proveniente da discriminação associada ao rótulo de criminoso pode ainda contribuir para a manutenção da carreira criminal (Bernburg, 2019). Na verdade, mesmo antes do rótulo, os enviesamentos influenciam já os julgamentos das pessoas e as decisões jurídicas. Embora não de forma flagrante, ou seja, consciente e deliberada, surgem na forma de enviesamentos subtis que se apresentam como automáticos, ambíguos e ambivalentes. Embora mais difíceis de detetar, têm consequências reais que desrespeitam a crença na igualdade (Fiske, 2021). Podendo ser despoletados por diversos fatores, ao serem automáticos, os enviesamentos subtis levam a que os indivíduos cedam ao preconceito e à discriminação de maneira não intencional e imediata. Assim, aparecem de forma implícita, ocorrendo mesmo que por vezes sejam contrários aos valores explícitos de cada um e chegando até mesmo a superá-los (Devine, 1989).

### *As Faces*

Das várias fontes de informação disponíveis nos julgamentos e tomadas de decisão, as faces humanas destacam-se pela facilidade e rapidez com que as pessoas retiram informação das suas características (Todorov et al., 2015). Sendo capazes de formar impressões em tão pouco tempo quanto 40ms, o ser humano acaba por fazer atribuições sociais com base nas características percecionadas (Todorov et al, 2015; Zebrowitz, 2004, 2011). Um dos possíveis mecanismos capaz de explicar isto é a categorização (Todorov et al., 2015), em que as pessoas associam uma face a um grupo social através dos estereótipos, ou seja, utilizam crenças amplamente partilhadas sobre os atributos de um grupo social para inferir características acerca da pessoa (Fiske & Neuberg, 1990). Um exemplo deste processo é a utilização de estereótipos com base na pertença a grupos racializados, em que as pessoas associam mais a criminalidade e comportamentos violentos aos negros (Eberhardt et al., 2004). Isto não só ocorre na população em geral, como também nos intervenientes do sistema de justiça, que conferem atributos sociais em conformidade com as informações das faces, mesmo que a pessoa avaliada não pertença à categoria utilizada.

Foi demonstrado que os seres humanos podem chegar a agir conforme as informações implícitas (Zebrowitz, 2004, 2011), sendo que este processo não só gera diferentes atribuições, como também diferentes comportamentos. Isto mostra que, ao recorrer a este tipo de informação, profissionais cujas decisões possam impactar a vida de terceiros, não só têm uma maior probabilidade de ter o seu julgamento comprometido, como também de agir com base nesse julgamento enviesado pelas atribuições sociais advindas das faces. Numa revisão sistemática que visou estudar as disparidades raciais nos Estados Unidos da América (Kovera, 2019), a autora descreve como esmagadoras as evidências que confirmam a prevalência e o impacto das disparidades raciais nas tomadas de decisão em diferentes partes do processo judicial, desde o policiamento, à participação de júris e julgamentos. Resultados semelhantes têm sido descritos em estudos recolhidos em Portugal (Costa-Lopes et al., 2018; Miranda et al., 2021).

O tratamento diferencial ocorre não só com base em grupos de características associadas aos grupos racializados em geral, mas também em características mais específicas das faces. Isto porque as características fenotípicas da face levam a que duas faces do mesmo grupo racializado possam corresponder em maior ou menor grau ao estereótipo racial associado. São vários os estudos que retratam este fenómeno, indicando que aparências mais fenotipicamente africanas ou europeias influenciam a duração das sentenças (Butch, 2015; Blair et al., 2004) e a condenação à morte, com as pessoas negras com características mais eurocêntricas a terem sentenças mais curtas e a serem menos condenadas à morte do que pessoas negras com faces mais estereotipicamente negras (Eberhardt et al., 2006). Para além da cor de pele, utilizando o mesmo mecanismo inferencial, outras características como tatuagens na cara (Funk & Todorov, 2013), a confiabilidade da face (Porter et al., 2010) e a atratividade e aparência em termos de maturidade da face têm também um impacto nas tomadas de decisão (Zebrowitz & McDonald, 1991). Seguem alguns exemplos ilustrativos. Indivíduos cujas faces correspondem mais a uma face estereotipicamente criminal têm maior probabilidade de ser selecionadas para um *lineup* policial e para um julgamento de faces (Flowe & Humphries 2011; Kleider-Offutt et al., 2017). Nas sentenças, a correspondência da face com o estereótipo associado ao crime sobre o qual os indivíduos estão a ser julgados pode levar a que tenham maior probabilidade de ser considerados culpados se a correspondência for maior (Dumas & Testé, 2006) e menos responsabilizados se a correspondência for menor (Bushing & Lutz, 2016).

Apesar de pouparem tempo nas tomadas de decisão, as atribuições sociais formadas a partir de faces são pouco precisas não só porque levam à negligência de mais pistas informativas,

mas também porque apresentam muita variabilidade quando criadas com base em diferentes imagens de um mesmo alvo Assim, recorrer às faces e às atribuições sociais nos julgamentos não é, portanto, a melhor estratégia para a tomada de decisões, pois frequentemente leva a que os avaliados e a sociedade sejam prejudicados.

Embora implícitos, os enviesamentos provenientes das faces podem já ser estudados com recurso a ferramentas que permitem operacionalizar estes enviesamentos subtis como o Teste de Associação Implícita (Greenwald et al., 1998; 2009; Oliveira & Miranda 2012) e a Tarefa de Correlação Reversa (Dotsch & Todorov, 2012), utilizada no presente trabalho.

### ***O Impacto na Prossociabilidade***

Como mencionado, os enviesamentos sociais impactam tanto o agente que utiliza o enviesamento, como aquele que é vítima deste. Estes dois têm consequências na sociedade, como a discriminação e o baixo suporte social, que contribuem para a manutenção da carreira criminal (Siegel, 2016; Zara & Farrington, 2015). Uma das maneiras pelas quais os enviesamentos implícitos levam à discriminação e ao baixo suporte social é a prossociabilidade, caracterizada como as formas em como as pessoas, voluntária e intencionalmente, ajudam outras (Batson & Powell, 2003). A prossociabilidade destaca-se especialmente neste contexto, uma vez que pode ser esperado que as intenções prossociais sejam menores face aos indivíduos rotulados como criminosos. Tendo estabelecido o que acontece nas tomadas de decisão com base nas faces e atribuições sociais no julgamento clínico, a questão permanece sobre o que motiva o ser humano a utilizar este tipo de mecanismo inferencial dessa forma, discriminando e comportando-se favorável ou desfavoravelmente face ao outro com base nas características percebidas. Uma das possíveis explicações centra-se na similaridade que, sendo um conceito baseado num processo de comparação, pode ter diferentes papéis em função do alvo comparado (intergrupalo ou interpessoal).

**O Papel da Similaridade.** No caso das alterações na prossociabilidade por meio dos enviesamentos, o papel da similaridade remete para a existência da identificação social. Explicada pela Teoria da identidade social esta consiste em, através da categorização social, as pessoas atribuírem características, que podem ser estereótipos, ao seu grupo e a outros, posteriormente comparando e estabelecendo limites entre ambos, criando assim uma identidade social com significado emocional e valorativo (Tajfel & Turner, 1979).

Dado o valor desta identidade para o self do indivíduo e a necessidade de a preservar, Tajfel e Turner (1986) descrevem uma motivação comportamental para ver o endogrupo positivamente distinto do exogrupo através da utilização de estratégias que mantenham ou levem à sensação de superioridade do grupo do próprio face aos outros - favoritismo endogrupal. O favoritismo do grupo do próprio ocorre com ausência de um favoritismo equivalente para o exogrupo (Brewer, 1999). Contudo, na presença de similaridade percebida entre o endogrupo e exogrupo, esta pode surgir como uma ameaça à necessidade de distinção, levando a que o favoritismo endogrupal possa funcionar como uma plataforma para a discriminação na forma de derrogação exogrupal (Branscombe et al., 1999; Brewer, 1991, 1999; Hornsey & Hogg, 2000). Desta forma, a similaridade percebida é controlada de modo a preservar a dissimilaridade endogrupo/exogrupo, proteger a identidade social e o self, e preservar as categorias sociais (Hornsey & Hogg, 2006). Uma vez que o self e o grupo com que as pessoas se identificam estão incorporados na mesma representação mental (Smith & Henry, 1996) é esperado que ameaças à identidade social se apresentem também como ameaças à própria identidade do indivíduo (self).

Além do papel da similaridade em termos intergrupais, esta apresenta também relevância a nível interpessoal sendo por exemplo uma das variáveis do modelo de atração interpessoal de Byrne (1961). Se por um lado a identificação social pode levar a uma maior ou menor similaridade percebida, esta pode também levar a uma maior ou menor atração interpessoal, o que é conhecido como efeito de similaridade (Montoya et al., 2008). Por esta razão, a identificação eu-outro, ao recorrer ao mecanismo de similaridade-atração, permite a utilização da similaridade percebida como um indicador de identificação social, uma vez que pessoas com identidades sociais mais semelhantes se percebem como mais similares. Autores como Cuddy e colaboradores (2007) por exemplo, utilizam os grupos racializados do participante e do perfil apresentado de modo operacionalizar esta estratégia e poder fazer inferências intergrupais com base em informações implícitas num contexto um para um. Desta forma, uma maior ou menor similaridade percebida pode indicar se um indivíduo avaliado é mais percebido como endo- ou exogrupo. Todavia, ao estarmos a falar de similaridade percebida ao invés de similaridade em si, certas circunstâncias podem levar à rejeição e à derrogação exogrupal. Tal acontece quando o indivíduo que é percebido no momento como similar é simultaneamente visto como membro de uma categoria social com a qual o avaliador não se identifica. Assim, ao possuir características negativas (Eidelman & Biernat, 2003), o

indivíduo estigmatizado acaba por constituir uma ameaça à identidade social e individual do avaliador (Silvia et al., 2005) criando neste, a necessidade de se afastar e proteger.

Adicionalmente, a similaridade pode apresentar um papel na prossociabilidade através da relação que ambas estabelecem com conceitos como o altruísmo e a empatia (Vaes et al., 2003; Snyder & Dwyer, 2013; Decety et al., 2016). Estes últimos têm sido vistos como antecedentes da prossociabilidade (Lay & Hoppmann, 2015) com um papel fundamental para os comportamentos prossociais (Davis, 2015; Oswald, 1996; Penner et al., 2004). Por exemplo, a empatia pode ser dividida em empatia emocional, definida como uma fusão de contágio e compaixão emocional, e empatia cognitiva, caracterizada pela habilidade de utilizar a tomada de perspectiva. A nível intergrupar, ao criar uma sobreposição entre o self e o exogrupo (Galinsky & Moskowitz, 2000), a tomada de perspectiva aumenta a similaridade percebida e encoraja respostas de ajuda para com os membros do exogrupo (Oswald, 1996; Davis, 2015). A nível interpessoal, experienciar empatia pode também aumentar a similaridade com o alvo, o que pode mediar a relação entre empatia e ajuda (Sturmer et al., 2006) uma vez que a similaridade percebida com outra pessoa melhora a probabilidade de que seja usada projeção ao inferir o estado mental dessa pessoa (Ames, 2004).

Em suma, a similaridade aumenta a atração e a empatia desde que o indivíduo permaneça dentro do contexto intragrupal, porque só são feitas comparações individuais. Já o confronto com um membro do exogrupo, por outro lado, ativa processos de distinção, e a similaridade elevada induz então a comportamentos divergentes para com este membro do exogrupo (Vaes et al., 2002).

**O Papel da Desumanização.** De um ponto de vista sobretudo intergrupar, o papel da similaridade pode facilmente levar à desumanização subtil (Leyens et al., 2000). Este fenómeno consiste numa forma de derrogação exogrupal expressa através da avaliação relativamente menos humana do outro. Ao desumanizar, as pessoas negam ao outro, indivíduo ou grupo, características que lhe conferem humanidade, reservando-as para si (Haslam et al., 2005) e para o seu endogrupo (Leyens et al., 2007). Das várias teorias apresentadas para explicar este fenómeno, Haslam (2006) aponta para uma definição de humanidade em duas dimensões, ambas relacionadas com que tipo de atributos são negados aos indivíduos humanizados e a que é que estes são comparados. De acordo com este modelo, enquanto umas pessoas são comparadas a animais e lhes são negados atributos unicamente humanos (e.g. raciocínio), outras são objetificadas e comparadas a objetos inanimados onde lhes são negados

atributos de natureza humana (e.g. sociabilidade). Partindo da premissa do essencialismo psicológico (Rothbart, & Taylor, 1992; Haslam et al., 2000) que afirma que as pessoas atribuem essências aos grupos sociais, assim definindo os elementos que ligam e distinguem os membros a nível intra- e intergrupais, Leyens e colaboradores (2000, 2001) introduziram a teoria da infrahumanização, que aborda a desumanização na dimensão emocional. Deste modo, enquanto o endogrupo é visto como mais humano (Vaes et al., 2012), os membros do exogrupo, embora não lhes seja totalmente negada a humanidade, são vistos como menos humanos (Vaes et al., 2020). Definida como as características que se apresentam como unicamente humanas são apontadas como parte da essência humana a inteligência, o raciocínio, a linguagem, e os sentimentos (Leyens et al., 2000). Destas, os autores decidiram focar-se nos sentimentos e diferenciaram-nos de emoções, ao caracterizar a emoção como as emoções primárias, ou seja, comuns a humanos e animais, e o sentimento como emoções secundárias, ou seja, unicamente humanas. Uma vez que as emoções secundárias constituem emoções unicamente humanas, existe uma menor atribuição destas emoções a membros do exogrupo sem uma necessária alteração das emoções primárias (Leyens et al., 2001). Vaes e colaboradores (2012) referem a humanização do endogrupo como um fenómeno diferenciado deste. Posteriormente, foram ainda investigadas as consequências deste fenómeno. Quanto a comportamentos prossociais, as emoções secundárias, se demonstradas pelo exogrupo, geram discriminação (derrogação exogrupal) sendo que, se pelo endogrupo, geram discriminação positiva (Vaes et al., 2003). Enquanto pessoas que se expressam com mais emoções secundárias criam mais similaridade com o observador o que leva a uma maior prossociabilidade (Vaes et al., 2002), a associação de um indivíduo a emoções primárias, em vez de secundárias, leva à diminuição do altruísmo e empatia (Vaes et al., 2002). Isto contribui também para que a prossociabilidade reduzida seja apontada como uma das grandes consequências da desumanização (Haslam & Loughlan, 2014). A existência de uma percepção de humanidade superior por parte do endogrupo, ao estar a essência humana para si reservada, obstrui tentativas de empatia pelo exogrupo (Vaes et al., 2003). Isto, pois, com grupos definidos, as pessoas comportam-se menos cooperativamente (em termos de altruísmo, imitação e abordagem) com um membro do exogrupo que se expressa através de emoções secundárias (Leyens et al., 2003). Se a expressão de emoções secundárias for contra estereotípica, a alta similaridade percebida pode levar a processos de distinção e derrogação para com o outro (Rudman & Fairchild, 2004). Contudo, se forem os observadores a inferir que os membros do exogrupo estariam a sentir emoções secundárias, isto, por sua vez, tem resultados positivos sobre a prossociabilidade (Cuddy, 2007). Assim, as evidências sugerem

que se se enfatizar a similaridade intergrupala pode aumentar-se até que ponto os observadores inferem emoções secundárias de vítimas que fazem parte do exogrupo, dessa forma melhorando a probabilidade para ajuda intergrupala (Cuddy, 2007).

Para além das emoções, a teoria da infrahumanização também se aplica aos estereótipos e características atribuídos aos grupos (Paladino & Vaes, 2009), o que pode ter consequências a nível jurídico e de tomada de decisão. Por exemplo, num estudo realizado por Viki et al. (2012) participantes que desumanizaram ofensores sexuais suportavam mais facilmente a exclusão destes da sociedade. Embora leve à discriminação, este mecanismo apresenta por vezes benefícios. Em médicos por exemplo, uma maior infrahumanização de doentes oncológicos, pode levar a que estes sofram menos de *burnout* (Vaes & Muratore, 2013). Em geral, a infrahumanização, e, portanto, a desumanização relativa com base em atributos unicamente humanos, parecem apresentar uma função protetora da identidade, que não só trabalha ativamente em reforçar as distinções entre endo- e exogrupo quando a similaridade é indicadora do grupo do indivíduo, como também trabalha reativamente quando alta similaridade percebida é atribuída a um indivíduo estigmatizado pela ameaça que representa.

A prossociabilidade tem um papel de destaque na luta contra a reincidência uma vez que o suporte por meio da prossociabilidade contribui em grande escala para a sua prevenção (McDaniel, 2014). Os enviesamentos implícitos com base em grupos sociais podem levar a menor prossociabilidade (Stepanikova et al., 2011), podendo os rótulos e categorias impactar as decisões socialmente críticas no contexto criminal desde o policiamento aos julgamentos (Siegel, 2016; Kovera, 2019) e, por consequente, a reincidência através de decisões inadequadas. Por exemplo, embora o encarceramento seja uma estratégia comum, uma meta análise realizada no Reino Unido, relata que não foi possível concluir que este tenha um efeito positivo em diminuir a reincidência tendo esta apenas diminuído ao ser aplicada uma intervenção paralela (Marsh et al., 2009). Ainda, a duração desadequada de sentenças pode levar a um aumento da reincidência em ofensores libertados quando comparado com ofensores que tenham recebido penas mais curtas (Smith et al., 2002). Uma vez que as evidências sugerem que a aplicação desadequada de penas pode aumentar a taxa de reincidência criminal, a prossociabilidade apresenta-se aqui como um veículo importante para que melhores tomadas de decisão possam levar à aplicação de penas mais adequadas com o desenvolvimento e implementação de avaliações, intervenções e políticas mais eficazes (Bonta & Andrews, 2017).

## **A Realidade Jurídica**

No contexto jurídico, apesar de cada vez existir mais literatura empírica sobre avaliação e intervenção em contexto criminal, a execução adequada dessas tarefas apresenta dificuldades. Como dito por Bonta e Andrews (2017, p. 173), “ter avaliações e intervenções baseadas em evidências não significa que estas sejam usadas no “mundo real””. Sendo as tomadas de decisão dependentes de seres humanos que tão facilmente são enganados por si próprios, e o contexto criminal tão propenso a este tipo de desafios, é de esperar que as características inerentes ao contexto e aos seus intervenientes possam também exercer um impacto. Uma destas características é a orientação política cuja posição associa ao indivíduo um grupo de crenças e atitudes com repercussões comportamentais. Esta apresenta correlações com diversos construtos psicológicos, desde a personalidade (Furnham & Creevy, 2018) ao raciocínio moral (Emler et al., 1983) e à similaridade (Silvia et al., 2005).

### ***Orientação para a Dominância Social***

Outra característica que ocupa um lugar de destaque neste contexto é a Orientação para a Dominância Social (SDO). Esta baseia-se na teoria da dominância social e consiste no grau de preferência pela desigualdade entre grupos sociais (Pratto et al., 1994). De acordo com esta teoria, todos os sistemas sociais tendem a estar organizados por hierarquias que dependem de ideologias que as promovem ou atenuam através de mitos atenuantes e mitos legitimadores de hierarquias intergrupais (Pratto et al., 1994). Assim, o nível de SDO acaba por relacionar-se com crenças num largo número de ideologias políticas e sociais que suportam hierarquia baseada em grupos sociais (e.g., meritocracia e racismo) e que suportam políticas com implicações em relações intergrupais (e.g. guerra, direitos civis e programas sociais). Os níveis de SDO de um indivíduo influenciam a sua procura por cargos profissionais que promovam ou atenuem estas diferenças entre grupos sociais. Sendo o sistema de justiça criminal um dos sistemas com maior promoção de hierarquia, é um ramo frequentemente procurado por pessoas com níveis altos de SDO. A evidência revela que profissionais com posições dominantes dentro deste sistema apresentam valores mais elevados de SDO do que pessoas fora do mesmo (Pratto et al., 1994). Por exemplo, recrutas da polícia apresentam níveis significativamente mais elevados e atitudes relacionadas com SDO do que defensores públicos (Sidanius et al., 1994) o que pode contribuir para a discriminação institucional (Pratto et al., 1994).

Um nível elevado de SDO caracteriza também uma pessoa que suporta mais ideologias políticas e sociais que suportam a hierarquia baseada em grupos sociais. Assim, apresenta por exemplo uma correlação consistente com patriotismo e uma forte correlação com o nacionalismo (Pratto et al., 1994). Este, caracterizado pela crença de que o país do próprio é melhor que o dos outros, é também fortemente associado à infrahumanização que, tal como o nacionalismo, pressupõe a existência de derrogação exogrupal (Viki & Calitri, 2008). A SDO está ainda negativamente correlacionada com o altruísmo e a empatia, que por sua vez apresentam relações com a similaridade e a desumanização. Através do suporte para a desigualdade por meio da promoção da discriminação (Guimond et al., 2003) e menor apoio a políticas progressivas (Lee et al., 2011) o SDO pode ter um papel na temática da reincidência tanto a nível comunitário (e.g. discriminação; teoria da rotulação) como no próprio sistema de justiça (e.g. enviesamentos nas tomadas de decisão em avaliação e intervenção; desenvolvimento e aprovação de novas políticas). Com isto em mente, pode ser postulado que esta orientação para a dominância social produza um impacto negativo na reincidência bem como na prossociabilidade importante em lidar com a mesma.

Considerando o quanto as dificuldades supramencionadas contribuem para os enviesamentos implícitos, e o papel destes nas disparidades no sistema de justiça, uma das soluções mais aparentes seria tentar eliminar os enviesamentos implícitos. No entanto, autores como Kovera (2019) afirmam que intervenções que visam eliminar as disparidades ao reduzir o enviesamento implícito podem falhar, dada a dificuldade em treinar pessoas para superarem os seus enviesamentos implícitos e o número de pessoas envolvidas nas tomadas de decisão. Em vez disso, esta mesma autora defende que políticas criadas com vista a confranger os comportamentos com base em enviesamentos implícitos e/ou explícitos, ou políticas que eliminem (ou no mínimo reduzam) os seus resultados problemáticos, podem ser mais eficientes a reduzir as disparidades raciais. Também de acordo com a perspectiva de possuir medidas que possam controlar a expressão dos enviesamentos surge, com especial papel no combate à reincidência, a avaliação do risco.

### ***Avaliação do risco***

A perspectiva teórica mais utilizada para compreender a criminalidade é a teoria da Personalidade Geral e Aprendizagem Social Cognitiva (PGASC). Esta defende que o comportamento criminal segue os princípios da aprendizagem social, ou seja, a ocorrência do comportamento é dependente dos possíveis ganhos e custos e a sua força dependente da

intensidade dos mesmos (Andrews et al., 2006; Bonta & Andrews, 2017). Adicionalmente, apresenta oito fatores centrais de risco/necessidade como preditores para o comportamento criminal (história criminal, atitudes pró-criminais, padrão de personalidade antissocial, família/cônjuge, pares/associados pró-criminais, escola/trabalho, abuso de substâncias e lazer/tempos livres). Esta teoria trouxe grandes contributos para a avaliação do risco. Nomeadamente, (a) a necessidade de abordar múltiplas áreas da conduta criminal, (b) a noção de que a avaliação de ofensores pode contribuir para definir a intensidade da intervenção e (c) o método em como esta é providenciada, (d) o pressuposto de que tanto variáveis estáticas como dinâmicas da conduta criminal devem ser avaliadas, uma vez que os fatores dinâmicos são mutáveis (Andrews et al., 2006; Bonta & Wormith, 2007).

Estes contributos são aplicados a partir da utilização do modelo de Risco-Necessidade-Responsividade (RNR), na avaliação e intervenção, que se divide em três princípios (Andrews et al., 1990a; 2006; Bonta & Andrews, 2007). O princípio do risco consiste em adaptar o nível da intervenção ao nível de risco de modo que a mesma seja mais adequada e mais eficaz, uma vez que se sabe que as intervenções têm mais resultados quanto maior for o risco, como visto na meta-análise de Andrews e Dowden (2006). Perceber quem realmente precisa e em que medida, contribui para uma melhor gestão de recursos, visto que na prática acaba por existir uma grande pressão para intervir em pessoas de baixo risco (Bonta & Andrews, 2007; 2017). O princípio da necessidade separa as necessidades dos ofensores em criminógenas e não criminógenas. As necessidades criminógenas são o melhor preditor da reincidência ((Gendreau et al., 1996) sendo que o impacto da intervenção aumenta com o número de necessidades criminógenas abordadas (French e Gendreau, 2006). Desta forma, o foco deve ser nas variáveis criminógenas e dinâmicas, que representam fatores de risco que são passíveis de mudança através de intervenção (Andrews et al., 2006; Farrington et al., 2012; Katsiyannis et al., 2017)). Adicionalmente, o facto de os oito fatores centrais da teoria PGASC apresentarem já sete dos mais importantes fatores dinâmicos, excluindo a história criminal por ser um fator estático, serve já como ferramenta, facilitando a aplicação deste modelo. Por último, o princípio da responsividade consiste em adequar a intervenção ao ofensor, adaptando a resposta ao estilo de aprendizagem deste (Andrews & Bonta, 2010). Mesmo sendo os programas com bases cognitivo-comportamentais os mais eficazes suportados em meta-análise (Koehler et al., 2013), reconhece-se a existência de especificidades biológicas (sexo), sociais (cultura) e psicológicas (emoções, personalidade, e

habilidade cognitiva) que levam à necessidade de adaptação às mesmas (Bonta & Andrews, 2007).

Apesar de, com o tempo, novos princípios terem sido adicionados ao modelo (Wormith et al., 2012a), os princípios de Risco-Necessidade-Responsividade continuam a ser os principais, sendo suportados por meta-análises que afirmam a sua importância e eficácia na avaliação e intervenção. Diversos estudos e meta-análises demonstram como o seu contributo é relevante para a aplicação numa grande variedade de ofensores (e.g. Tripodi et al., 2011; Peterson-Badali et al., 2015; Usher & Stewart, 2014; Bonta et al., 2014), e tipologias de crime mais específicas (Hanson et al., 2007; Hanson & Morton-Bourgon, 2009; Hanson et al., 2009a, 2009b). Estas evidências dão especial atenção ao princípio da responsividade (Smith et al., 2009), reportando que mesmo quando comparada com outras intervenções, a utilização deste modelo continua a mostrar melhores resultados (Andrews & Bonta, 2010). Como reportado na meta-análise de French e Gendreau (2006), a utilização do modelo não só diminuiu a reincidência, como também a má conduta dentro das prisões. Deste modo não é surpreendente que os dados apontem para que as instituições que utilizam o RNR e os oito fatores centrais apresentem melhores resultados do que aquelas que não o fazem (Andrews et al., 1990b; Andrews & Dowden, 2005; French & Gendreau, 2006; Lowenkamp, 2004; Lowenkamp et al., 2006).

Mesmo sabendo que no “mundo real” a eficácia das intervenções é mais baixa do que em ambientes controlados experimentais (Lipsey, 1999), seria de esperar que dado o suporte empírico existente, o modelo RNR e os seus princípios fossem mais utilizados na prática. Contudo, tal como afirmam Andrews e Bonta (2010), no mundo real existe dificuldade em aderir aos princípios, com os técnicos envolvidos na avaliação e intervenção muitas vezes não só não seguindo os princípios do modelo RNR como não utilizando técnicas cognitivo-comportamentais (Bonta et al., 2008). Se um ofensor de baixo risco for mal avaliado e, por isso, lhe for atribuída uma medida/intervenção desadequada, tal poderá ter um efeito criminógeno que leve ao aumento da reincidência (Gendreau et al., 2000; Smith et al., 2002). É então de grande importância considerar os custos de avaliar o risco erroneamente tanto por excesso como por defeito (Bonta & Andrews, 2017). Por este motivo, esforços têm sido feitos para perceber como tomar as melhores decisões face à avaliação do risco em ofensores, partindo do pressuposto de que o comportamento criminal é previsível. Ao longo do tempo estes esforços têm contribuído para o desenvolvimento de medidas cada vez mais justas e eficazes, encontrando-nos atualmente numa quarta geração da avaliação de risco que espelha

este progresso (Viglione et al., 2015). A primeira geração (Bonta, 1996) é caracterizada pelo período em que a avaliação era realizada com base no julgamento clínico por parte do profissional, através da utilização de entrevistas não estruturadas, sem instrumentos psicológicos globalmente definidos para o efeito. A segunda geração, é caracterizada pelo início da avaliação atuarial do risco, tornando as tomadas de decisão mais objetivas, confiáveis e de mais fácil utilização (Bonta & Andrews, 2017). Neste período, foram criados os primeiros instrumentos de avaliação de risco (e.g. Nuffield, 1982; Copas & Marshall, 1998), embora estes ainda apresentassem falhas metodológicas como a fraca base teórica, o foco em itens estáticos e a negligência de fatores empiricamente relevantes ao comportamento criminal, não sendo capazes de medir a mudança (Bonta & Andrews, 2007; Bonta & Wormith, 2007). A terceira geração surge com o objetivo de colmatar essas lacunas. Nesta fase, foram já desenvolvidos instrumentos com mais bases empíricas [e.g. oito fatores centrais (teoria PGASC)], com uma maior amostra de fatores de risco dinâmicos, e com um maior foco nas necessidades criminógenas (Andrews et al., 2006), passando a atender aos princípios do risco e da necessidade. Desta forma, para além de validade preditiva, os instrumentos de avaliação passaram também a apresentar uma validade dinâmica (Bonta & Andrews, 2017) permitindo a monitorização da eficácia das intervenções (Andrews & Bonta, 2007).

A quarta geração, descrita pela primeira vez em 2006 por Andrews e colaboradores, passa a integrar totalmente a avaliação do risco com a gestão de caso dando atenção ao único princípio do modelo RNR que não tinha sido explorado até então, o princípio da responsividade. Agora sistemática e compreensiva, a avaliação usufrui de uma amostra mais ampla de riscos e necessidade e de informação relativa à responsividade. Com a integração de ambas no mesmo instrumento, passou a ser finalmente possível facultar aos avaliadores respostas relativamente a quanto intervir (princípio do risco), onde intervir (princípio da necessidade), como intervir (princípio da responsividade) e face a qual o nível de risco geral de reincidência (Bonta & Andrews, 2017). Sendo inclusive utilizado em Portugal (Simões et al., 2017), o Inventário de Nível de Serviço/Gestão de Caso (LS/CMI) criado por Andrews e colaboradores em 2004 é simultaneamente o mais utilizado e mais investigado instrumento de avaliação a nível mundial. Com uma base teórica bem desenvolvida e com foco tanto na teoria de PGASC como no Modelo RNR, este instrumento de 4ª geração oferece uma abordagem compreensiva da avaliação (Bonta & Andrews, 2017). O LS/CMI possui ainda uma versão adaptada para jovens, o YLS/CMI (YLS/CMI; Hoge & Andrews 2002, 2011).

Apesar da existência deste tipo de ferramentas, estudos comprovam que não só os técnicos demonstram baixa adesão aos princípios (e.g. Lowenkamp et al., 2006), como muitas vezes não levam o instrumento em conta no delineamento das intervenções (e.g., Bonta et al., 2008; Bosker et al., 2013; Oleson et al., 2012). A fraca adesão aos princípios parece ser acompanhada por uma preferência pela utilização do julgamento clínico nas tomadas de decisão em vez de uma avaliação instrumentalizada baseada na predição estatística, e uma intervenção estruturada pelos resultados que dela advêm. De facto, mesmo com dados que revelam que o julgamento clínico apresenta menos resultados do que o julgamento e tomada de decisão com base na predição estatística (Ægisdóttir et al., 2006), a utilização do julgamento clínico continua a aparecer com grande prevalência no contexto criminal. Isto pode ser observado pelo elevado número de sobreposições técnicas em instrumentos como o LS/CMI. A sobreposição técnica, que consiste na alteração do nível de risco de um ofensor com base no julgamento clínico após este ter sido calculado pelo instrumento, é uma opção que, embora deva ser utilizada moderadamente, revela uma prevalência superior ao esperado. Um estudo de mulheres no sistema penitenciário federal Canadiano revelou que 27% das decisões sofreram sobreposições técnicas, com a maioria a ser alterada para níveis de risco mais elevados (Thompson et al., 2011). Ao recorrer a características não relacionadas com o risco nos julgamentos e tomadas de decisão como base para alterar o nível de risco (Wormith et al., 2012b) é possível que os profissionais fiquem mais suscetíveis aos enviesamentos implícitos por dependerem do julgamento clínico.

### **A Presente Investigação**

Num contexto em que as tomadas de decisão podem levar à privação de liberdade, demonstra-se relevante procurar descrever os processos associados à mesma, bem como as suas aplicações. Assim, no âmbito de reduzir os seus números, compreender a maneira como a representação implícita da reincidência impacta o comportamento humano pode contribuir para respostas mais apropriadas e eficientes.

A existência de estereótipos implica a associação de características a um grupo social e as características das faces não só fazem parte dessa lista como ativam os estereótipos nas tomadas de decisão. Neste caso, pelo facto de relacionarmos a representação de alguém que já cometeu um crime com prossociabilidade é ainda expectável que exista alguma deseabilidade social (Busching & Lutz, 2016). Por estas razões, à semelhança do que foi feito por Brown-Ianuzzi e colaboradores (2017), tanto a representação visual da representação mental da

reincidência como o seu contrário, serão obtidas sob a forma de faces num estudo piloto através de uma medida indireta de correlação reversa. Assim, é esperado que as faces obtidas originem respostas diferentes. Sendo que até à data nenhum estudo no âmbito da reincidência utilizou este método, e apenas dois o utilizaram na área forense (ver Busching & Lutz, 2016 e Lloyd et al., 2020), a presente investigação pretende estudar a representação implícita da reincidência, e perceber de que forma a categorização e estereotipização associadas a esse grupo de pessoas influenciam os comportamentos prossociais. Sendo estes mecanismos relacionados com a prossociabilidade e os enviesamentos sociais implícitos, serão também estudados os papéis da identificação eu-outro e da infrahumanização nessa relação. Ao visualizarem um *proxy* da representação implícita da reincidência presume-se que a similaridade percebida pelos participantes seja menor. Assim, espera-se que uma baixa similaridade cognitiva ative um processo de comparação eu-outro para com a face e que, em paralelo, uma baixa similaridade emocional ative os processos de desumanização através da infrahumanização emocional. É expectável que tanto o conteúdo da representação implícita como a infrahumanização emocional e a identificação eu-outro sejam preditoras dos comportamentos prossociais.

Considerando o contexto criminal, os possíveis enviesamentos implícitos são relevantes na compreensão das tomadas de decisão, tanto ao nível da avaliação e intervenção no sistema de justiça, como também a nível comunitário com destaque para o suporte social. Desta forma, pretende ainda avaliar-se se a utilização de um instrumento de avaliação de risco pode influenciar a representação implícita da reincidência tornando-a menos negativa, e qual a relação que a orientação para a dominância social tem com os comportamentos prossociais e a similaridade cognitiva e emocional percebida. A presente investigação espera contribuir para a literatura providenciando informação sobre como os enviesamentos implícitos atuam na prossociabilidade tendo como base os estereótipos associados à reincidência.

A ideia de que a representação implícita da reincidência pode ter um impacto na prossociabilidade, e de que esta relação deverá ser mediada pela similaridade percebida com o alvo, tanto ao nível da identificação como da atribuição de emoções unicamente humanas, levou a que fossem propostas as seguintes hipóteses (Figura 1.):

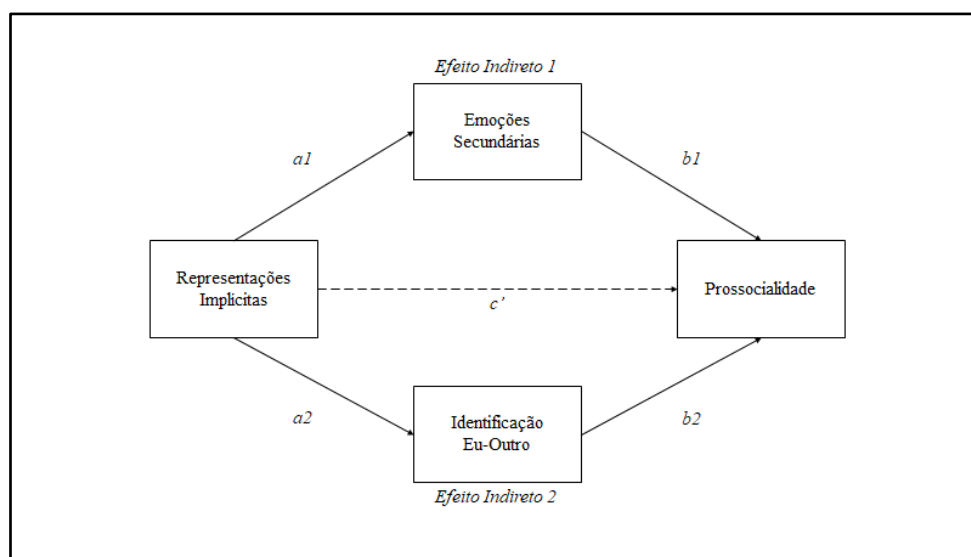
Hipótese 1 (H1): A representação implícita da reincidência, em comparação com o seu inverso prediz uma redução na prossociabilidade.

H1a: O efeito de H1 será mediado pela atribuição de emoções unicamente humanas. É esperado que a representação implícita da reincidência ative um processo de infrahumanização emocional e que, assim, conduza a uma menor prossociabilidade. Desta forma, é esperado que existam diferenças significativas ao nível das emoções secundárias atribuídas mesmo controlando para a diferença nas emoções primárias.

H1b: O efeito de H1 será mediado pela identificação eu-outro. A representação implícita da reincidência levará a uma menor similaridade percebida que por sua vez irá diminuir os comportamentos prossociais.

**Figura 1.**

*Modelo de Mediação paralela proposto nas hipóteses H1, H1a e H1b.*



Na procura por melhor compreender estes mecanismos, o presente estudo pretende ainda averiguar fatores que possam ser importantes para controlar um pouco a relação entre a representação da reincidência e a prossociabilidade. Com a instrumentalização da avaliação do risco (H2), procura-se perceber se o impacto dos enviesamentos implícitos nas tomadas de decisão pode ser diminuído.

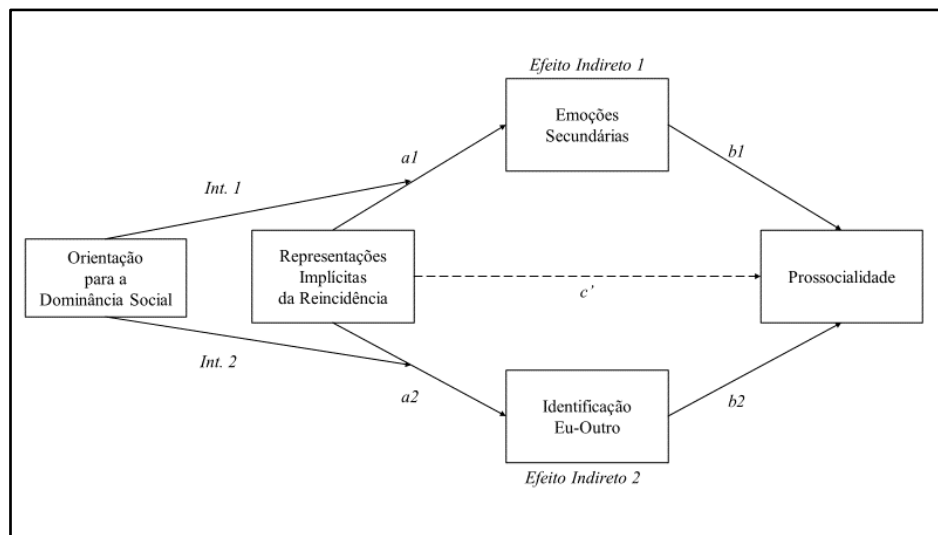
H2: O instrumento diminui o impacto da representação implícita da reincidência. Espera-se que o instrumento diminua o efeito das faces apresentadas sobre os comportamentos prossociais (H2a), sobre a similaridade (H2b) e sobre as emoções secundárias atribuídas (H2c).

Com a observação da relação da SDO com estes mecanismos (H3), procura perceber-se se esta característica influencia o efeito da representação implícita da reincidência nos mecanismos propostos (Figura 2.).

H3: A orientação para a dominância social modera a expressão do impacto da representação implícita, na similaridade percebida (H3a) e da infrahumanização (H3b). É esperado, portanto, que pessoas com níveis mais elevados de SDO apresentem similaridade mais baixa e mais infrahumanização da representação implícita da reincidência de modo a manter a hierarquia intergrupala.

**Figura 2.**

*Modelo de mediação paralela moderada proposto nas hipóteses H3, H3a e H3b.*



O presente estudo decompõe-se em duas fases. Numa primeira fase denominada Estudo Piloto procedeu-se à geração de faces como imagens de classificação da representação implícita da reincidência e do seu inverso tornando-as em algo passível de ser avaliado. A segunda fase, que corresponde ao teste das nossas hipóteses, surge em seguida, sendo denominada Estudo 1. Nesta, as faces obtidas no estudo anterior são utilizadas, sendo avaliadas pelos participantes de acordo com as hipóteses propostas.

### **Estudo Piloto - Fase de Classificação**

Este estudo piloto consiste numa fase de classificação da representação implícita da reincidência procurando gerar duas representações visuais da reincidência criminal e duas do seu inverso, com e sem a utilização de um instrumento de avaliação de risco utilizado por profissionais na assessoria aos tribunais e na reinserção social. Deste modo, tem como resultados imagens de faces passíveis de ser avaliadas no estudo 1.

## **Método**

### ***Delineamento e Participantes***

Os participantes foram colocados aleatoriamente num de 2 grupos, ambos condição de alta reincidência, mas com a visualização de um instrumento de avaliação de risco manipulada como fator intersujeito. 22 participantes fizeram parte de cada uma das condições (Sem Instrumento vs. Com Instrumento).

Este é um estudo quantitativo, recorrendo ao método experimental. Foi definido um objetivo mínimo de 40 participantes, correspondente a 20 participantes por condição, com base no que foi feito por Dotsch e Todorov (2012).

Como critério de inclusão os participantes foram selecionados com base na sua área e ano de estudos tendo sido escolhidos estudantes de mestrados de áreas das ciências sociais que pudessem formar futuros técnicos de reinserção (e.g. Psicologia Clínica, Psicologia Forense...). Dado o objetivo do estudo foram excluídos dados de participantes que não se identificam como brancos, de forma a garantir a homogeneidade da pertença grupal na avaliação de um alvo possivelmente racializado. Por corresponder a este critério, um participante foi excluído.

A amostra final foi composta por 44 participantes, dos quais 40 (90.9%) pertencem ao sexo feminino com idades entre 20 e 29 ( $M = 22.52$ ,  $DP = 1.86$ ). A composição das áreas na amostra foi a seguinte: 70.45% Psicologia Clínica, 20.46% Psicologia Forense, 4.54% Neurociências cognitivas, 2.27% Psicologia Clínica e do Aconselhamento e 2.27% Psicologia do Desenvolvimento.

### ***Procedimento e Materiais***

Este estudo integra o projeto de investigação MiLD - Meritocracy in Legal Decisions do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência PTDC/PSI - GER/28765/2017). Efetuou-se a sua divulgação junto de universidades, tendo a amostra sido recolhida por conveniência e utilizados vales de 5€ como incentivo. A recolha terminou após terem sido obtidos participantes suficientes em cada uma das condições.

Ao chegarem à sala, os participantes foram aleatoriamente distribuídos por uma das 2 condições. Na primeira parte, começaram por preencher um breve questionário na plataforma

*Qualtrics* que consistiu na leitura e aprovação de um consentimento informado (v. Anexo 1) e no preenchimento de algumas questões sociodemográficas. De seguida, enquanto os participantes da condição sem instrumento passavam à fase seguinte da experiência, aos restantes foi pedido que observassem o perfil de risco do LS/CMI criado para o propósito. Ao terminarem as respetivas tarefas no *Qualtrics* todos os participantes receberam instrução para mudar de plataforma (E-Prime).

Na segunda parte da experiência, foi pedido aos participantes que realizassem uma tarefa de correlação reversa (Escolha Forçada de 2 Imagens, EF2I) . Na condição sem instrumento, a instrução dada foi: “*Qual a face que lhe parece mais ser a de alguém que foi condenado por um crime e tem alta probabilidade de reincidir?*”, enquanto na condição com instrumento foi: “*Qual a face que lhe parece mais ser a de alguém que foi condenado por um crime e cuja avaliação viu?*” (v. Anexo 2) No final, cada participante recebeu um vale em cartão no valor de 5€ e foi informado acerca do estudo e dos seus objetivos.

**LS/CMI e Perfil de Risco.** Para criar o Perfil de Alto Risco foi utilizado o instrumento LS/CMI (Andrews et al, 2004) que a nível de risco de um indivíduo cometer um crime. Este instrumento tem como uma das suas bases teóricas os 8 fatores centrais tendo, portanto, secções com foco nas mesmas. Assim, no instrumento, e consequentemente nos perfis apresentados, os participantes puderam observar informação relativa a cada um desses tópicos. O LS/CMI é um foi traduzido e adaptado para a população portuguesa pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que o utiliza em ofensores a partir dos 16 anos e apresenta uma excelente consistência interna ( $\alpha = .90$ ) (Navalho e Neves, 2017).

Foram requisitados à DGRSP (v. Anexo 3) os 10 instrumentos preenchidos com resultados de nível de risco mais altos nos últimos 6 meses preenchidos em equipas de reinserção social do distrito de Lisboa. Em cada bloco, correspondente aos oito fatores foi realizada uma seleção aleatória de um entre outros. No final foi feita verificação da consistência entre blocos. Quando não se verificava consistência com os blocos anteriores (num bloco o sujeito consumir heroína e no outro haxixe), procedia-se a nova seleção aleatória. Criou-se assim um perfil que não corresponde a uma pessoa real que passou a ser denominado como perfil de risco. Este perfil foi posteriormente revisto por técnicos que lhe atribuíram validade facial. Qualquer informação que pudesse remeter para a identidade do indivíduo (e.g. sexo, idade, pertença minoritária, percurso de imigração) foi eliminado.

**Tarefa de Correlação Reversa.** Com o pacote RCICR: Reverse correlation image classification toolbox (Dotsch, 2016) utilizado através do programa informático *R* (v.4.0.3) e com suporte do programa informático *RStudio* (v.1.3.1093) foi possível utilizar a tarefa de correlação reversa designada como tarefa de escolha forçada de duas imagens (EF2I), criando as imagens de classificação médias referentes a um perfil de alta reincidência.

Esta tarefa, desenvolvida por Dotsch e Todorov (2012) e inspirada nos trabalhos de Oosterhof e Todorov (2008) e Mangini e Biederman (2004), consiste na escolha entre duas imagens controladas pelo investigador, que permitem posteriormente obter uma representação visual aproximada da representação mental de um objeto de estudo (Brinkman et al., 2017). Neste procedimento, é utilizada uma face base em tons de cinzento criada a partir de uma média de todas as faces de homens na base de dados de faces de Karolinska (Lundqvist et al., 1998). Esta face é sobreposta com um ruído - conjunto de pixéis aleatorizados composto por manchas sinusoidais truncadas geradas aleatoriamente em função de 4,092 parâmetros. Como em cada ensaio é visto um par de imagens, o ruído utilizado é invertido na segunda imagem de modo a contrabalançar a primeira. Assim, cada ensaio engloba uma primeira face base constituída por um ruído e a uma segunda pelo anti-ruído. Cada participante visualiza 300 ensaios, intercalados por um segundo de intervalo, compostos por um par de faces no centro do ecrã onde tem de escolher aquele que ache ser mais semelhante ao que lhe é pedido para imaginar. Não é fornecido qualquer feedback, visto não existirem respostas corretas ou incorretas. Através da média de todos os ruídos sobrepostos escolhidos, é possível criar imagens de classificação individuais (faces) e através de todos os ruídos de todas as imagens não escolhidas o seu inverso (anti-face). Sobrepondo a face base com a média dos padrões de ruído e anti-ruído de todas as faces selecionadas e não selecionadas, o conjunto das imagens escolhidas e não escolhidas permite gerar, respetivamente, as faces e anti-faces de classificações de grupo que refletem as características pretendidas na tarefa. A geração das faces sobrepostas por ruídos e anti-ruídos para os ensaios, e das ICs e anti-ICs individuais e de grupo são computadas recorrendo ao *R* e *RStudio*.

Apesar da correlação reversa ter como objetivo visualizar o conteúdo das representações mentais, por definição, pode apenas facultar uma aproximação das verdadeiras representações mentais (Dotsch & Todorov, 2012; Brinkman et al., 2017).

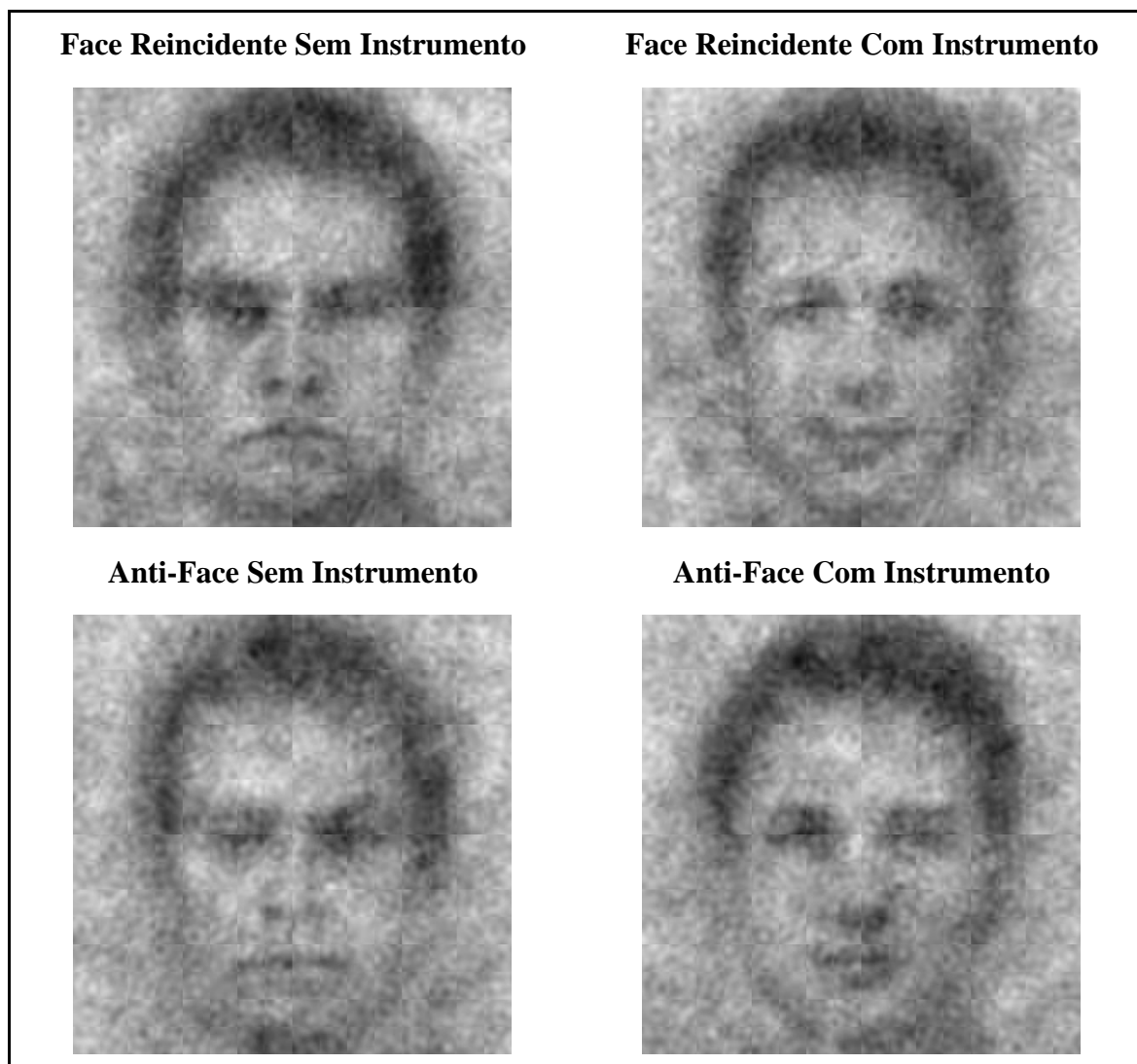
**Informação sociodemográfica.** No final, os participantes responderam a questões demográficas como género (masculino, feminino e outro), idade, escolaridade (1ºano da

licenciatura ao 2ºano do mestrado), área de estudos, e ainda se estes trabalhavam ou já tinham trabalhado na área da justiça.

### **Resultados**

Finda a recolha, foram geradas as imagens de classificação (IC) e as respetivas anti-faces (anti-IC), com e sem instrumento. Na Figura 3 é possível observar as faces obtidas para as respetivas condições.

**Figura 3.**  
*Imagens de Classificação e Anti Imagens de Classificação.*



## **Estudo 1 - Fase de Avaliação**

Após ter sido terminado o estudo piloto, foi realizado o estudo 1 com as 4 faces correspondentes às representações implícitas da reincidência (faces) e o seu inverso (anti-faces). Nesta fase, que pretende responder as hipóteses propostas, foram avaliadas a similaridade percebida, tanto cognitiva como emocional, e a prossociabilidade face às diversas faces e anti-faces obtidas. Complementarmente, foi recolhida informação referente a características dos participantes, como a SDO.

### **Método**

#### ***Delineamento e Participantes***

Este é um estudo quantitativo, recorrendo ao método experimental. Foi definido um número mínimo de participantes de 269 recorrendo ao programa informático *G\* Power*, para um tamanho de efeito de 0.5 e uma potência observada de 0.8. A amostra de conveniência de participantes online foi recolhida com o *Qualtrics* através das redes sociais e foi utilizado um sorteio de 25€ (em vale) como incentivo. A recolha terminou após ultrapassada meta definida.

De 365 inscrições no questionário, 89 foram excluídas pelo facto dos participantes não terem preenchido pelo menos 79% do questionário, 3 por um erro de duplicação de dados e uma pelo seu registo pertencer à fase de teste do questionário. A amostra final foi de 272 participantes, dos quais 158 eram femininos, 113 masculinos e 1 se classificou como outro. Os participantes apresentaram idades compreendidas entre 18 e 67 anos ( $M = 31.58$ ,  $SD = 12.17$ ), níveis de escolaridade desde o 1º ciclo do ensino básico ao 3º ciclo do ensino superior ( $Min = 1$ ,  $Max = 7$ ;  $Med = 5$ ) e uma orientação política desde a extrema esquerda à extrema direita ( $M = 3.79$ ,  $SD = 1.05$ ). A amostra é caracterizada em maior detalhe no Anexo 4.

Os participantes foram atribuídos aleatoriamente a um design 2 (Face: Face Reincidente vs. Anti Face Reincidente) x 2 (Instrumento: Ausente vs. Presente), como fatores intersujeito. Nos questionários em que foram apresentadas as faces obtidas sem instrumento, 70 participantes visualizaram a IC enquanto 59 observaram a anti-IC. Naqueles em que foi utilizado instrumento, 71 participantes realizaram o questionário da condição com a IC e 72 com a anti-IC (v. Anexo 5).

## ***Procedimento e Materiais***

Este estudo integra o projeto de investigação MiLD - Meritocracy in Legal Decisions do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência PTDC/PSI -GER/28765/2017).

Procedeu-se à divulgação do estudo através das redes sociais. Aos participantes, foi inicialmente requisitada a aprovação de um consentimento informado (v. Anexo 6). O questionário começou por apresentar uma das 4 faces de acordo com o design experimental. Com a face apresentada sempre visível, foi pedido que (1) realizassem uma tarefa de atribuição de emoções, (2) respondessem a uma medida de similaridade cognitiva percebida para com a face e (3) preenchessem uma escala de intenção prossocial. Ao avançar, a face deixou de estar presente e foi pedido aos participantes que respondessem a uma escala de Orientação para a Dominância Social. Concluiu-se o questionário com a requisição do preenchimento de questões sociodemográficas. Após o preenchimento, agradeceu-se a participação, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e foi-lhes possibilitada a introdução do seu email numa base de dados diferente para o sorteio de um voucher no valor de 25€ (em vale). Uma vez recolhidos dados válidos suficientes, estes foram analisados recorrendo ao programa SPSS (v.27.0) e à extensão PROCESS (Hayes, 2017).

**Tarefa de Atribuição de Emoções.** À semelhança do realizado por Cuddy et al. (2007) foi pedido aos participantes que inferissem o quanto as faces apresentadas estariam a sentir um conjunto de diferentes emoções. Foi apresentada a seguinte instrução: “As próximas questões têm a ver com o que a pessoa poderia estar a sentir na altura em que foi representada na imagem. Na sua opinião, quanto é que a pessoa da imagem estava a sentir cada uma das seguintes emoções?” Os participantes responderam numa escala de 7 pontos (desde 1 = Nada a 7 = Totalmente). As 16 emoções consistiram em 4 emoções primárias positivas (*Tranquilidade, Conforto, Satisfação, Prazer*), 4 emoções primárias negativas (*Tristeza, Medo, Pavor e Dor*), 4 emoções secundárias positivas (*Esperança, Otimismo, Felicidade, Paixão*) e 4 emoções secundárias negativas (*Humilhação, Culpa, Angústia e Desconsolo*). Foram retiradas de Miranda (2014), altura em que foram pré-testadas quanto à ortogonalidade das avaliações de unicamente humano e de valência.

**Escala de Intenções Comportamentais Prossociais.** Foram utilizados os quatro itens da escala de intenções comportamentais pró-sociais Baumsteiger & Siegel (2018). Esta foi

traduzida e uma pequena alteração à sua instrução foi realizada para que a resposta do participante passasse a refletir não a generalidade, mas sim a pessoa na imagem facultada. Foi perguntado a cada participante qual o grau que este atribuía a probabilidade de se comportar de acordo com a afirmação de cada item (item exemplo: “Ajudá-lo com uma pequena tarefa (exemplo: ajudar a carregar compras, guardar as suas coisas enquanto este vai à casa de banho).”) numa escala de 7 pontos (desde 1 = Não faria isto de certeza, a 7 = Faria isto de certeza. A média das pontuações dos quatro itens foi utilizada como indicador das intenções comportamentais prossociais dos participantes. Não tendo validação para a população portuguesa, foram realizadas uma análise fatorial e de consistência interna. No presente estudo esta apresenta um alpha de Cronbach com um coeficiente de confiabilidade de  $\alpha = .84$  indicando boa consistência interna. A Análise Fatorial Exploratória, realizada através do *Factor* (v.11.05.01), indica que os 4 itens medem apenas um mesmo fator explicando uma variância total de 69% do mesmo. Com uma amostra considerada como adequada pelo teste de Keiser-Meyer-Olkin ( $KMO = .76$ ), a análise apresenta ainda todas as saturações acima de .751 e comunalidades entre .621 e .750 (v.Anexo 7).

**Medida de Similaridade Cognitiva.** Foi adaptado um item do European Social Survey (2014, p. 61) com o intuito de calcular a identificação eu-outro. Este consistia no quão próximo e identificado o participante se sentia da pessoa presente na face visualizada. Esta foi cotada numa escala de sete pontos, com cada nível sendo representado por dois círculos, que inicialmente afastados se iam sobrepondo quanto mais altos os valores na escala correspondendo o nível sete a dois círculos praticamente sobrepostos (v. Anexo 8).

**Escala de Orientação para a Dominância Social 7 (reduzida).** Foram utilizados os dezasseis itens da escala  $SDO_{7(s)}$  (item exemplo: “É injusto tentar tornar os grupos iguais”), com boa consistência interna para a população portuguesa nas subescalas que a constituem ( $\alpha = 0.75$  e  $\alpha = 0.88$ ) para medir a orientação dos participantes (Carvalho et al., 2021, adaptada de Ho et al., 2015). Foi perguntado a cada participante em que grau concordava com a afirmação de cada item numa escala de 7 pontos que varia desde 1 = Discordo fortemente a 7 = Concordo fortemente. O índice de SDO foi calculado pela média da pontuação dos itens da escala ( $M = 2.50$ ,  $SD = 1.01$ ,  $\alpha = .86$ ).

**Informação Sociodemográfica.** No fim do questionário foi recolhida informação referente ao sexo (masculino, feminino e outro), idade, grupo étnico (Branco/Português branco/De origem europeia; Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana;

Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática; Cigano/Português cigano/Roma/De origem cigana/ Outro grupo. Qual?), escolaridade (1º ciclo do ensino básico ao 3º ciclo do ensino superior), orientação política (escala de 1 a 7), e ainda se os participantes trabalhavam na área da justiça.

## **Resultados**

Foram averiguados todos os pressupostos das análises e feitas as respetivas correções, quando necessárias. De modo a explorar os efeitos e consequências da perceção das faces foram utilizadas uma ANOVA mista, ANOVAs Two-Way, e vários modelos de mediação e mediação moderada.

### ***Efeitos na perceção***

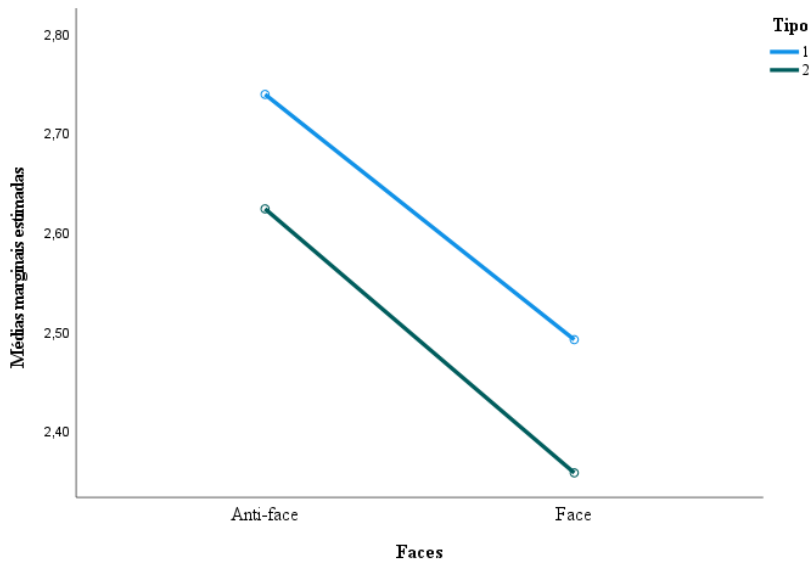
**Similaridade.** A Análise de Variâncias (ANOVA) evidenciou um efeito significativo da utilização de face ou anti-face, na similaridade percebida,  $F(1, 266) = 8.28, p = .004, \eta_p^2 = .03$ . Os participantes que visualizaram Faces ( $M = 1.99, DP = 1.51$ ) apresentaram significativamente menos similaridade percebida do que aqueles que visualizaram anti-faces ( $M = 2.51, DP = 1.55$ ). Não se verificou um efeito significativo de interação entre o efeito da utilização de Faces ou anti-faces e o efeito da utilização de instrumento,  $F(1, 266) = .17, p = .680, \eta_p^2 = 0$ .

**Atribuição de Emoções.** Uma anova mista foi realizada para averiguar se existiam diferenças significativas ao nível do tipo (primárias e secundárias) e valência (positivas e negativas) emocional atribuídos em geral, e se a face apresentada e a utilização de instrumento demonstravam efeitos na atribuição de emoções totais bem como ao nível do tipo e valência. Os resultados são sumariados nas tabelas 1 e 2 para efeitos dentre- e entre sujeitos respetivamente.

O teste dentre-sujeitos indica que, relativamente ao tipo de emoção atribuída existe uma diferença significativa entre a atribuição de emoções primárias e secundárias ( $F(1, 259) = 10.44, p = .001, \eta_p^2 = .04$ ). Em geral foram atribuídas significativamente menos emoções secundárias ( $M = 2.48, DP = 0.83$ ) que primárias ( $M = 2.60, DP = 0.84$ ), contudo, esta diferença no tipo de emoções atribuídas não se altera significativamente consoante a face vista ( $F(1, 259) = 0.06, p = .807, \eta_p^2 = 0$ ) refutando a hipótese proposta de que existiria infrahumanização da face da reincidência (v. Figura 4). Este efeito não se altera

significativamente em função da interação entre a face apresentada e a utilização do instrumento na criação da face ( $F(1, 259) = 8.28, p = .804, \eta_p^2 = .03$ ).

**Figura 4.**  
*Médias do Tipo de Emoções Atribuídas por Face e Anti-face*



Na valência das emoções atribuídas destacam-se uma diferença significativa entre emoções positivas e emoções negativas atribuídas ( $F(1, 259) = 43.19, p \leq .001, \eta_p^2 = .14$ ), com mais emoções negativas ( $M = 2.94, DP = 1.32$ ) que positivas ( $M = 2.15, DP = 1.26$ ) em geral e com alterações significativas em função do tipo de face apresentado ( $F(1, 259) = 71.85, p \leq .001, \eta_p^2 = .22$ ). Contrariamente a pessoas que viram uma anti-face, que atribuíram mais emoções positivas ( $M = 2.79, SD = 1.37$ ) e menos negativas ( $M = 2.57, DP = 1.31$ ), as que viram a face apresentaram significativamente mais emoções negativas ( $M = 3.28, DP = 1.24$ ) e menos emoções positivas ( $M = 1.57, DP = 0.82$ ), bem como uma diferença significativamente maior entre as valências atribuídas. Existe ainda um efeito de interação do instrumento com a condição do tipo de face apresentada ( $F(1, 259) = 6.68, p = .011, \eta_p^2 = .03$ ). Na presença do instrumento a força do efeito das faces sobre a diferença na atribuição das valências fica menor. O teste de comparações múltiplas e gráficos para o efeito das faces bem como os gráficos para as suas interações com as condições de utilização de instrumento são providenciados no anexo 9.

Adicionalmente, existe uma diferença significativa entre a diferença ao nível dos tipos de emoção atribuídos (infrahumanização) e a diferença ao nível da valência ( $F(1, 259) = 22.20, p \leq .001, \eta_p^2 = .08$ ). No entanto, este efeito da valência no efeito da humanidade não é

consistente uma maior diferença na atribuição de emoções primárias e secundárias ao nível das emoções positivas quando comparadas com as negativas e uma maior diferença entre emoções positivas e negativas ao nível das emoções secundárias do que primárias. Gráficos para as diferenças entre o tipo e valência das emoções atribuídas são facultados no anexo 10.

**Tabela 1.**

*Testes de efeitos dentre-sujeitos*

Medida: Atribuição de Emoções

| Origem                               | Tipo III Soma dos Quadrados | df  | Quadrado Médio | F     | Sig.  | Eta parcial quadrado |
|--------------------------------------|-----------------------------|-----|----------------|-------|-------|----------------------|
| EmTipo                               | 4.06                        | 1   | 4.06           | 10.44 | <.001 | .04                  |
| EmTipo * Faces                       | 0.02                        | 1   | 0.02           | 0.06  | .807  | .00                  |
| EmTipo * Instrumento                 | 1.71                        | 1   | 1.71           | 4.40  | .037  | .02                  |
| EmTipo * Faces * Instrumento         | 0.02                        | 1   | 0.02           | 0.06  | .804  | .00                  |
| Erro(EmTipo)                         | 100.70                      | 259 | 0.39           | -     | -     | -                    |
| EmVal                                | 145.30                      | 1   | 145.30         | 43.19 | <.001 | .14                  |
| EmVal * Faces                        | 241.71                      | 1   | 241.71         | 71.85 | <.001 | .22                  |
| EmVal * Instrumento                  | 0.22                        | 1   | 0.22           | 0.07  | .797  | .00                  |
| EmVal * Faces * Instrumento          | 22.13                       | 1   | 22.13          | 6.58  | .011  | .03                  |
| Erro(EmVal)                          | 871.35                      | 259 | 3.36           | -     | -     | -                    |
| EmTipo * EmVal                       | 8.94                        | 1   | 8.94           | 22.20 | <.001 | .08                  |
| EmTipo * EmVal * Faces               | 0.11                        | 1   | 0.11           | 0.28  | .600  | .00                  |
| EmTipo * EmVal * Instrumento         | 0.72                        | 1   | 0.72           | 1.79  | .182  | .01                  |
| EmTipo * EmVal * Faces * Instrumento | 0.06                        | 1   | 0.06           | 0.15  | .695  | .00                  |
| Erro(EmTipo*EmVal)                   | 104.33                      | 259 | 0.40           | -     | -     | -                    |

*Nota.* Foi realizada uma Anova mista com design 2x2x2x2. Os fatores entre sujeitos foram utilizados como variáveis dicotômicas. Estes fora a IC apresentada (anti-face = -1 e face = 1) e a utilização do instrumento na criação das IC (sem instrumento = -1 e com instrumento = 1). As variáveis medidas entre sujeitos foram o tipo de emoções atribuídas (EmTipo) cujos níveis foram emoções primárias (EmPrim = 1) e emoções secundárias (EmSec = 2), e a valência das emoções atribuídas (EmVal) cujos níveis foram emoções positivas (EmPos = 1) e emoções negativas (EmNeg = 2).

Por último, como pode ser visto na tabela 2 e através do teste de comparações múltiplas (v. Anexo 11), a nível geral existe uma diferença significativa na atribuição geral de emoções ao nível das faces ( $F(1, 259) = 7.27, p = .007, \eta_p^2 = .03$ ). Este efeito de emocionalidade geral indica que pessoas que viram a representação implícita da reincidência apresentam uma atribuição emocional geral significativamente mais baixa ( $M = 2.42, DP = .78$ ) que as que viram a sua anti-face ( $M = 2.67, DP = .75$ ). Não existem diferenças

significativas na atribuição geral de emoções pela interação entre ser apresentada uma face ou anti-face e ser ou não utilizado o instrumento para criar as representações implícitas.

**Tabela 2.**

*Testes de efeitos entre sujeitos*

Medida: Atribuição de Emoções

Variável transformada: Média

| Origem              | Tipo III Soma dos Quadrados | df  | Quadrado Médio | F       | Sig.  | Eta parcial quadrado |
|---------------------|-----------------------------|-----|----------------|---------|-------|----------------------|
| Intercepto          | 6802.76                     | 1   | 6802.76        | 2882.51 | <.001 | .92                  |
| Faces               | 17.16                       | 1   | 17.16          | 7.27    | .007  | .03                  |
| Instrumento         | 2.40                        | 1   | 2.40           | 1.02    | .314  | .00                  |
| Faces * Instrumento | 1.44                        | 1   | 1.44           | 0.61    | .435  | .00                  |
| Padrão              | 611.24                      | 259 | 2.36           |         |       |                      |

*Nota.* Foi realizada uma Anova mista com design 2x2x2x2. Os fatores entre sujeitos foram utilizados como variáveis dicotômicas. Estes fora a IC apresentada (anti-face = -1 e face = 1) e a utilização do instrumento na criação das IC (sem instrumento = -1 e com instrumento = 1). A variável medida entre sujeitos foi a atribuição geral de emoções.

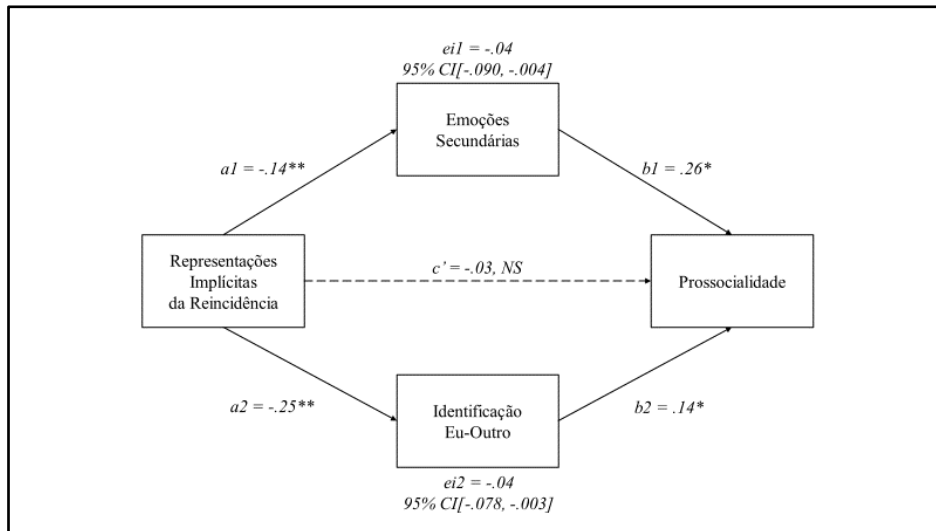
### **Consequências da Percepção**

**Prossociabilidade.** A Análise de Variâncias (ANOVA) não evidenciou um efeito significativo, nem da utilização de faces ou anti-faces nas intenções prossociais,  $F(1, 264) = 1.39$ ,  $p = .240$ ,  $\eta_p^2 = .01$ , nem da interação entre o efeito da utilização de IC's ou anti-IC's e o efeito da utilização de instrumento,  $F(1, 264) = .46$ ,  $p = .498$ ,  $\eta_p^2 = 0$ .

**Mecanismos de Infrahumanização e Identificação Eu-Outro.** A partir de uma análise de mediação paralela conduzida usando o método dos Mínimos Quadrados (OLS), a face e anti-face da reincidência influenciaram indiretamente as intenções em apresentar comportamentos prossociais através dos seus efeitos sobre as emoções secundárias ( $ei1 = -0.04$ ) e sobre a identificação eu-outro ( $ei2 = -0.04$ ). Como pode ser visto na Figura 5 e Tabela 3, os participantes que viram a representação implícita da reincidência apresentaram menor atribuição de emoções secundárias ( $a1 = -0.14^{**}$ ) e menor similaridade percebida ( $a2 = -0.25^{**}$ ), por sua vez, os participantes com baixa atribuição de emoções secundárias ( $b1 = 0.26^*$ ) e a baixa similaridade percebida ( $b2 = 0.14^*$ ) apresentaram menos intenções prossociais. Intervalos de confiança de *bootstrap* para os efeitos indiretos de atribuição de emoções secundárias ( $ei1 = -0.04$ ) e de identificação eu-outro ( $ei2 = -0.04$ ) com base em 10.000 amostras de *bootstrap* estavam inteiramente abaixo de zero (-0.090 a -0.004, e -0.078 a -0.003, respetivamente) indicando que os efeitos indiretos são significativos. Não houve

evidências de que a face apresentada influenciou as intenções prossociais independentemente dos seus efeitos nos mecanismos propostos ( $c' = 0.027, p = 0.758$ ).

**Figura 5.**  
*Modelo de Mediação Paralela de Infrahumanização e Identificação Eu-Outro.*



*Nota.* Análise de mediação paralela utilizando emoções secundárias (EmSec) e similaridade percebida (Simil) para testar efeitos de mediação por parte da infrahumanização e identificação eu-outro respectivamente.

O modelo revelou uma mediação da representação implícita da reincidência na prossociabilidade através dos mecanismos apresentados uma vez que não existe qualquer relação direta entre a variável antecedente X (Faces) e a variável consequente Y (Prossoc). Através de uma comparação *Pairwise* foi também possível verificar que não existem diferenças significativas entre os dois efeitos indiretos.

**Tabela 3**  
*Coeficientes do Modelo para o estudo das emoções secundárias e similaridade percebida.*

| Antecedente | Consequente                 |       |          |                             |            |          |                              |       |           |       |      |       |
|-------------|-----------------------------|-------|----------|-----------------------------|------------|----------|------------------------------|-------|-----------|-------|------|-------|
|             | M1 (EmSec)                  |       |          | M2 (Simil)                  |            |          | Y(Prossoc)                   |       |           |       |      |       |
|             | Coeff.                      | SE    | <i>p</i> | Coeff.                      | SE         | <i>p</i> | Coeff.                       | SE    | <i>p</i>  |       |      |       |
| X (Faces)   | <i>a1</i>                   | -0.14 | 0.05     | .003                        | <i>a2</i>  | -0.25    | 0.09                         | .008  | <i>c'</i> | -0.03 | 0.09 | .758  |
| M1 (EmSec)  | -                           | -     | -        | -                           | -          | -        | -                            | -     | <i>b1</i> | 0.26  | 0.11 | .016  |
| M2(Simil)   | -                           | -     | -        | -                           | -          | -        | -                            | -     | <i>b2</i> | 0.14  | 0.06 | .012  |
| Constante   | <i>iM1</i>                  | 2.47  | 0.05     | <.001                       | <i>iM2</i> | 2.24     | 0.09                         | <.001 | <i>iY</i> | 3.98  | 0.30 | <.001 |
|             | $R^2 = 0.03$                |       |          | $R^2 = 0.03$                |            |          | $R^2 = 0.05$                 |       |           |       |      |       |
|             | $F(1,260) = 8.77, p = .003$ |       |          | $F(1,260) = 7.20, p = .008$ |            |          | $F(3, 258) = 4.94, p = .002$ |       |           |       |      |       |

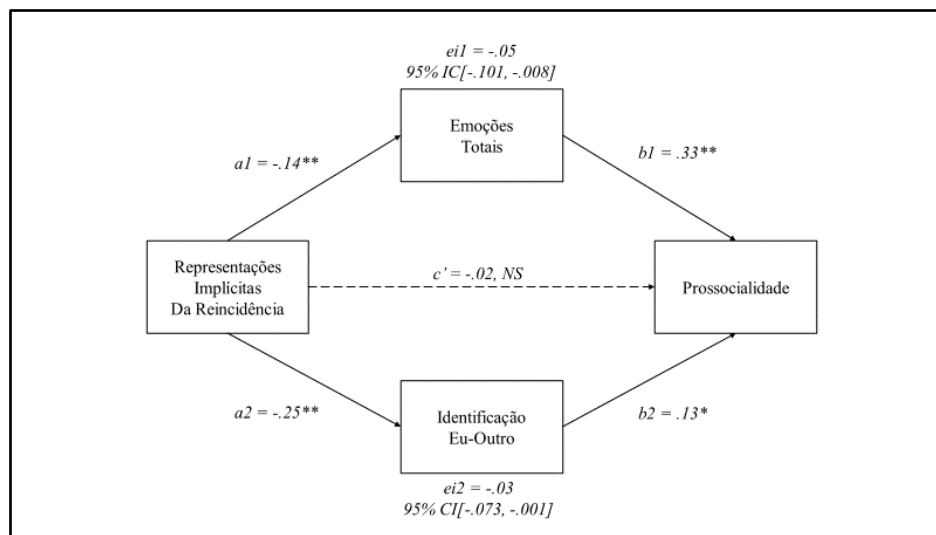
*Nota.* Resultados do modelo de mediação paralela do efeito das representações implícitas apresentadas

(X) na prossociabilidade (Y), através da atribuição de emoções secundárias (M1) e da similaridade percebida (M2). Todas as variáveis que definem produtos foram centradas na média e foram utilizadas 10000 amostras para os intervalos de confiança de *bootstrap* percentuais.

**Mecanismos de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro.** Uma vez que a diferença entre a atribuição de emoções primárias e secundárias nas IC's não foi significativa, mas se verificou uma diferença a nível atribucional geral, procedeu-se adicionalmente à análise do modelo com a atribuição total de emoções (Figura 6.).

**Figura 6.**

*Modelo de Mediação de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro.*



*Nota.* Análise de mediação paralela utilizando atribuição total de emoções (EmTotais) e similaridade percebida (Simil) para testar efeitos de mediação por parte do efeito de emocionalidade geral e identificação eu-outro respetivamente.

A partir da análise de mediação verifica-se que a face e anti-face da reincidência influenciaram indiretamente as intenções em apresentar comportamentos prossociais através dos seus efeitos sobre a atribuição emocional geral ( $ei1 = -0.05$ ) e sobre a identificação eu-outro ( $ei2 = -0.03$ ). Como pode ser visto na Figura 6 e Tabela 4, os participantes que viram a representação implícita da reincidência apresentaram menor atribuição total de emoções ( $a1 = -0.14^{**}$ ) e menor similaridade percebida ( $a2 = -0.25^{**}$ ), por sua vez, os participantes com baixa atribuição total de emoções ( $b1 = 0.33^{**}$ ) e a baixa similaridade percebida ( $b2 = 0.13^*$ ) apresentaram menos intenções prossociais. Intervalos de confiança de *bootstrap* para os efeitos indiretos de atribuição geral de emoções ( $ei1 = -0.05$ ) e de identificação eu-outro ( $ei2 = -0.03$ ) com base em 10.000 amostras de *bootstrap* estavam inteiramente acima de zero (-0.101 a -0.008, e -0.073 a -0.001, respetivamente). Não houve evidências de que a face apresentada influenciou as intenções prossociais independentemente dos seus efeitos nos mecanismos propostos ( $c' = -0.02, p = .857$ ). Mais uma vez o modelo revelou uma mediação

da representação implícita da reincidência na prossociabilidade através dos mecanismos apresentados. Através de uma comparação *Pairwise* foi também possível verificar que não existem diferenças significativas entre os dois efeitos indiretos.

**Tabela 4**

*Coefficientes do Modelo de Mediação para o estudo das emoções totais e similaridade percebida.*

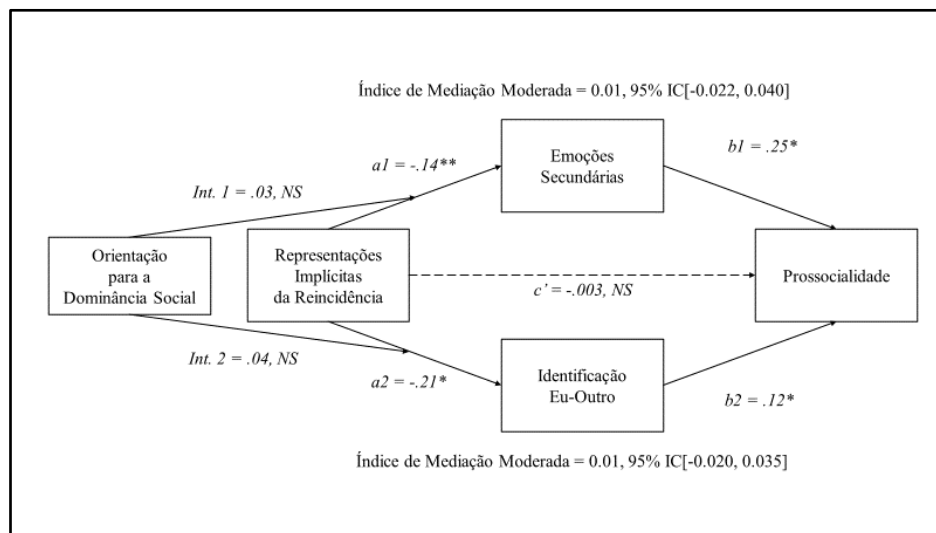
| Antecedente   | Consequente                      |       |          |                                  |           |          |                                   |           |           |       |      |       |
|---------------|----------------------------------|-------|----------|----------------------------------|-----------|----------|-----------------------------------|-----------|-----------|-------|------|-------|
|               | M1 (EmTotais)                    |       |          | M2 (Simil)                       |           |          | Y(Prossoc)                        |           |           |       |      |       |
|               | Coeff.                           | SE    | <i>p</i> | Coeff.                           | SE        | <i>p</i> | Coeff.                            | SE        | <i>p</i>  |       |      |       |
| X (Faces)     | <i>a1</i>                        | -0.14 | 0.05     | .002                             | <i>a2</i> | -0.25    | 0.09                              | .009      | <i>c'</i> | -0.02 | 0.32 | .857  |
| M1 (EmTotais) | -                                | -     | -        | -                                | -         | -        | -                                 | <i>b1</i> | 0.33      | 0.12  | .006 |       |
| M2(Simil)     | -                                | -     | -        | -                                | -         | -        | -                                 | <i>b2</i> | 0.13      | 0.06  | .020 |       |
| Constante     | <i>M1</i>                        | 2.53  | 0.05     | <.001                            | <i>M2</i> | 2.25     | 0.09                              | <.001     | <i>Y</i>  | 3.83  | 0.32 | <.001 |
|               | R <sup>2</sup> = 0.04            |       |          | R <sup>2</sup> = 0.03            |           |          | R <sup>2</sup> = 0.06             |           |           |       |      |       |
|               | F(1,259) = 9.74, <i>p</i> = .002 |       |          | F(1,259) = 6.95, <i>p</i> = .009 |           |          | F(3, 257) = 4.94, <i>p</i> = .001 |           |           |       |      |       |

*Nota.* Resultados do modelo de mediação paralela do efeito das representações implícitas apresentadas (X) na prossociabilidade (Y), através da atribuição geral de emoções (M1) e da similaridade percebida (M2). Todas as variáveis que definem produtos foram centradas na média e foram utilizadas 10000 amostras para os intervalos de confiança de bootstrap percentuais.

**Impacto da Orientação para a Dominância Social.** À semelhança do realizado no ponto anterior, foram realizadas análises de moderação ao modelo inicialmente proposto (v. Figura 7) e ao modelo utilizando a atribuição total de emoções (v. Figura 8).

**Figura 7.**

*Modelo de mediação paralela de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro moderada pela Orientação para a Dominância Social*

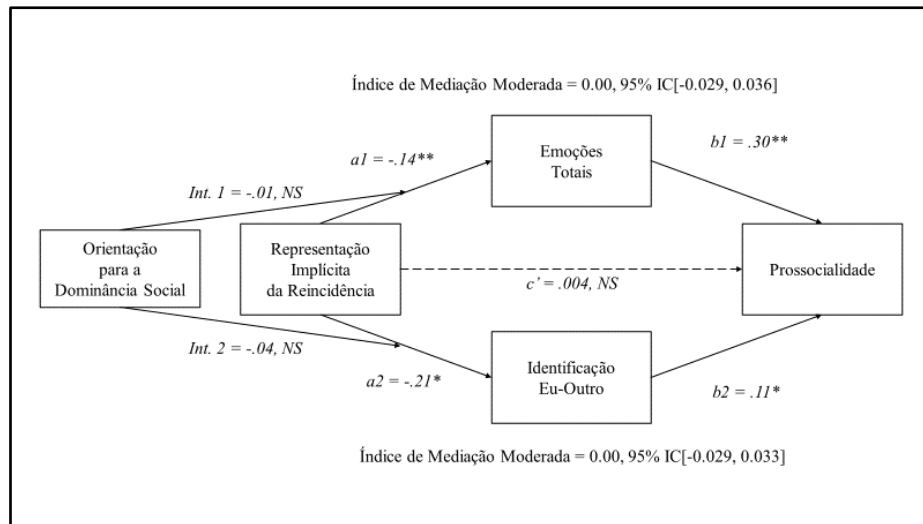


*Nota.* Análise de mediação paralela moderada utilizando emoções secundárias (EmSec) e similaridade percebida (Simil) para testar efeitos de mediação por

parte da infrahumanização e identificação eu-outro respetivamente com moderação por parte da orientação para a dominância social (SDO) nos níveis baixo (-1DP), médio (média) e alto (+1DP).

**Figura 8.**

*Modelo de mediação paralela de Atribuição Emocional Geral e Identificação Eu-Outro moderada pela Orientação para a Dominância Social*



*Nota.* Análise de mediação paralela moderada utilizando a atribuição geral de emoções (EmTotais) e similaridade percebida (Simil) para testar efeitos de mediação por parte do efeito de emocionalidade geral e identificação eu-outro respetivamente com moderação por parte da orientação para a dominância social (SDO) nos níveis baixo (-1DP), médio (média) e alto (+1DP).

Informação referente aos coeficientes de regressão obtidos para os modelos bem como os seus erros padrão, p-values e  $R^2$  pode ser encontrada nas tabelas 5 e 6. Segundo os dados, a orientação para a dominância social não exerce um efeito sobre os efeitos indiretos de identificação eu-outro, atribuição de emoções secundárias e de atribuição emocional geral na prossociabilidade. As Tabelas 7 e 8 mostram os índices de mediação moderada, erros padrão e intervalos de confiança para a consequente prossociabilidade. Os índices de mediação moderada são de 0.01 para a atribuição de emoções secundárias, de 0.00 para a atribuição geral de emoções e de 0.01 para a similaridade percebida (0.00 no modelo com emoções totais). Os intervalos de confiança de bootstrap de 95% são de -0.022 a 0.040 e de -0.029 a 0.036 para emoções secundárias e totais respetivamente, e de -0.020 a 0.035 e 0.29 a 0.33 para a similaridade. Em todos os casos, o intervalo de confiança de bootstrap de 95% calculado com base em 10.000 amostras de bootstrap inclui zero. Os intervalos de confiança para os coeficientes de regressão do produto de X (faces) e W (SDO) também incluem zero. Numa interpretação típica de uma análise de mediação moderada, isto leva à conclusão de que o efeito indireto da visualização de uma face ou anti-face na

prossociabilidade por meio de atribuição de emoções secundárias, identificação eu-outro e atribuição emocional geral não é moderada pela orientação para a dominância social. Não há suporte para afirmar que a orientação para a dominância social está a moderar qualquer mediação do efeito da visualização de face ou anti-face na prossociabilidade por meio dos mecanismos propostos. No modelo ajustado para as emoções totais o efeito da similaridade percebida na prossocialidade e o seu índice de mediação moderada permaneceram com as mesmas significâncias que no modelo anterior (v. Tabela 6 e 8).

**Tabela 5**

*Coefficientes do Modelo de Moderação para o estudo das emoções secundárias e similaridade percebida.*

| Antecedente | Consequente   |       |          |   |             |          |  |       |           |       |      |       |
|-------------|---|-------|----------|---|-------------|----------|--|-------|-----------|-------|------|-------|
|             | M1 (EmSec)  |       |          | M2 (Simil)  |             |          | Y(Prossoc)   |       |           |       |      |       |
|             | Coeff.  | SE    | <i>p</i> | Coeff.  | SE          | <i>p</i> | Coeff.   | SE    | <i>p</i>  |       |      |       |
| X (Faces)   | <i>a1</i>   | -0.14 | 0.05     | .005  | <i>a2</i>   | -0.21    | 0.10   | .029  | <i>c'</i> | -0.00 | 0.09 | .972  |
| M1 (EmSec)  | -   | -     | -        | -   | -           | -        | -  | -     | <i>b1</i> | 0.25  | 0.11 | .024  |
| M2(Simil)   | -   | -     | -        | -   | -           | -        | -  | -     | <i>b2</i> | 0.12  | 0.06 | .033  |
| W(SDO)      | <i>d1</i>   | 0.06  | 0.05     | .207  | <i>d2</i>   | -0.11    | 0.10   | .273  | -         | -     | -    | -     |
| Int1 (M1*W) | <i>Int1</i>   | 0.03  | 0.05     | .600  | -           | -        | -  | -     | -         | -     | -    | -     |
| Int2 (M2*W) | -   | -     | -        | -   | <i>Int2</i> | 0.04     | 0.10   | .671  | -         | -     | -    | -     |
| Constante   | <i>iM1</i>  | 2.49  | 0.05     | <.001   | <i>iM2</i>  | 2.25     | 0.10   | <.001 | <i>iY</i> | 4.07  | 0.31 | <.001 |
|             | R <sup>2</sup> = 0.04<br>F(3,245) = 3.46, <i>p</i> = .017 |       |          | R <sup>2</sup> = 0.02<br>F(3,245) = 2.00, <i>p</i> = .115 |             |          | R <sup>2</sup> = 0.04<br>F(3, 245) = 3.74, <i>p</i> = .012 |       |           |       |      |       |

*Nota.* Resultados do modelo de mediação paralela moderada do efeito das representações implícitas apresentadas (X) na prossociabilidade (Y), através da atribuição de emoções secundárias (M1) e da similaridade percebida (M2), moderadas pela Orientação para a Dominância Social (W) nos caminhos *b1* e *b2*. Todas as variáveis que definem produtos foram centradas na média e foram utilizadas 10000 amostras para os intervalos de confiança de bootstrap percentuais.

**Tabela 6**

*Coefficientes do Modelo de Moderação para o estudo das emoções totais e similaridade percebida.*

| Antecedente   | Consequente   |       |          |            |             |          |            |      |           |      |      |      |
|---------------|---------------|-------|----------|------------|-------------|----------|------------|------|-----------|------|------|------|
|               | M1 (EmTotais) |       |          | M2 (Simil) |             |          | Y(Prossoc) |      |           |      |      |      |
|               | Coeff.        | SE    | <i>p</i> | Coeff.     | SE          | <i>p</i> | Coeff.     | SE   | <i>p</i>  |      |      |      |
| X (Faces)     | <i>a1</i>     | -0.14 | 0.05     | .003       | <i>a2</i>   | -0.21    | 0.10       | .033 | <i>c'</i> | 0.01 | 0.09 | .937 |
| M1 (EmTotais) | -             | -     | -        | -          | -           | -        | -          | -    | <i>b1</i> | 0.30 | 0.12 | .012 |
| M2(Simil)     | -             | -     | -        | -          | -           | -        | -          | -    | <i>b2</i> | 0.11 | 0.06 | .048 |
| W(SDO)        | <i>d1</i>     | 0.06  | 0.05     | .198       | <i>d2</i>   | -0.11    | 0.10       | .248 | -         | -    | -    | -    |
| Int1 (M1*W)   | <i>Int1</i>   | 0.01  | 0.05     | .815       | -           | -        | -          | -    | -         | -    | -    | -    |
| Int2 (M2*W)   | -             | -     | -        | -          | <i>Int2</i> | 0.04     | 0.10       | .717 | -         | -    | -    | -    |

|           |           |   |      |       |           |   |      |       |          |  |      |       |
|-----------|-----------|---|------|-------|-----------|---|------|-------|----------|--|------|-------|
| Constante | <i>M1</i> | 2.55  | 0.05 | <.001 | <i>M2</i> | 2.25  | 0.10 | <.001 | <i>Y</i> | 3.95   | 0.33 | <.001 |
|           |           | R <sup>2</sup> = 0.04<br>F(3,244) = 3.62, <i>p</i> = .014 |      |       |           | R <sup>2</sup> = 0.02<br>F(3,244) = 1.95, <i>p</i> = .121 |      |       |          | R <sup>2</sup> = 0.05<br>F(3, 244) = 4.04, <i>p</i> = .008 |      |       |

*Nota.* Resultados do modelo de mediação paralela moderada do efeito das representações implícitas apresentadas (X) na prossociabilidade (Y), através da atribuição geral de emoções (M1) e da similaridade percebida (M2), moderadas pela Orientação para a Dominância Social (W) nos caminhos *b1* e *b2*. Todas as variáveis que definem produtos foram centradas na média e foram utilizadas 10000 amostras para os intervalos de confiança de bootstrap percentuais.

**Tabela 7**

*Índice de Mediação Moderada: Orientação para a Dominância Social*

| Mediador  | Índice | SE (Boot) | 95% IC de Bootstrap Percentual |
|-----------|--------|-----------|--------------------------------|
| M1(EmSec) | 0.01   | 0.01      | -0.022 a 0.040                 |
| M2(Simil) | 0.01   | 0.01      | -0.020 a 0.035                 |

*Nota.* Índice de mediação moderada com atribuição de emoções secundárias e similaridade percebida como mediadores. Todas as variáveis que definem produtos foram centradas na média e foram utilizadas 10000 amostras para os intervalos de confiança de bootstrap percentuais.

**Tabela 8**

*Índice de Mediação Moderada: Orientação para a Dominância Social*

| Mediador    | Índice | SE (Boot) | 95% IC de Bootstrap Percentual |
|-------------|--------|-----------|--------------------------------|
| M1(EmTotal) | 0.00   | 0.02      | -0.029 a 0.036                 |
| M2(Simil)   | 0.00   | 0.01      | -0.029 a 0.033                 |

*Nota.* Índice de mediação moderada com atribuição geral de emoções e similaridade percebida como mediadores. Todas as variáveis que definem produtos foram centradas na média e foram utilizadas 10.000 amostras para os intervalos de confiança de bootstrap percentuais.

## Discussão

Com foco nas decisões socialmente críticas, o principal objetivo deste estudo foi caracterizar a relação entre a reincidência e a prossociabilidade num contexto onde tanto as respostas da comunidade como as institucionais podem ter repercussões a nível do indivíduo e dos custos para a sociedade (Zara & Farrington, 2015). Assim, foram analisados fatores com possível impacto na relação proposta. Até à data, este aparenta ser o terceiro estudo com esta metodologia na área da psicologia forense, bem como o primeiro a utilizar uma tarefa de correlação reversa nos temas da reincidência, prossociabilidade e infrahumanização.

Quanto à principal hipótese proposta de que a representação implícita da reincidência prediz a intenção para os comportamentos prossociais, pode dizer-se que os resultados não foram diretos. De facto, embora tal fosse esperado, quando analisado o efeito das faces diretamente na prossociabilidade, esta não apresentou valores significativos. Sendo a prossociabilidade um conceito socialmente visto como desejável, pode ter acontecido que os participantes tenham sobre reportado as suas intenções, desta forma ocultando um possível efeito direto. Ainda assim, apesar de não confirmar a hipótese de que a face prediria a prossociabilidade diretamente, foi possível confirmar que o faz através de efeitos indiretos, mediante mecanismos como a desumanização e a menor identificação com o outro. Uma das possíveis explicações para isto pode dever-se ao facto de que, enquanto o efeito direto estava mais suscetível à desejabilidade social pela análise de intenções comportamentais, nos efeitos indiretos foram utilizados métodos mais implícitos como a tarefa de atribuição de emoções.

### **Impacto direto da face**

Começando por descrever o impacto da face da reincidência em termos perceptivos nos mecanismos pretendidos, reportam-se resultados significativos tanto ao nível da similaridade percebida, como da atribuição emocional. Tal como esperado, a face da reincidência teve uma menor similaridade percebida por parte dos participantes. Comparando a similaridade percebida a um mecanismo eu-outro, os participantes claramente viram a face reincidente como um outro distante de si enquanto com o seu contrário se sentiram mais similares e, portanto, mais próximos. A nível interpessoal, segundo teorias como a de Byrne (1961), é esperado que, de acordo com os resultados, os participantes sintam menor atração interpessoal por pessoas que se encaixem no estereótipo de reincidente, física ou categoricamente. A nível intergrupais, é possível levantar a hipótese de que a face reincidente, representando uma categoria social, pode apresentar dissimilaridade suficiente para mudar o nível de percepção, passando a ser associada a um exogrupo. Perante esta hipótese, e focando a teoria da identidade social, uma face que possui estereótipos associados a um reincidente pode não corresponder à identidade social e ao self do participante por não se adequar às características que estes atribuem a si próprios. Isto pode, corroborando estudos anteriores (Hornsey & Hogg, 2006), ativar nos sujeitos um processo de distinção/diferenciação que, ao preservar a dissimilaridade, protege as suas identidades de possíveis comparações intergrupais.

Ao nível da atribuição emocional, a face da reincidência teve um impacto com efeitos de humanização, emocionalidade geral e valência. Quanto ao primeiro efeito, apesar de ser

esperada infrahumanização, esta não aconteceu, sendo que embora existam diferenças significativas entre as emoções secundárias atribuídas à face da reincidência e ao seu contrário, este efeito verifica-se também nas emoções primárias, ou seja, os dados não podem indicar infrahumanização porque estas diferenças não variam em função das faces. No entanto, levando em consideração que os processos que guiam as atribuições de humanidade para com o endogrupo e o exogrupo podem ser diferentes (Vaes et al., 2012), mesmo não existindo infrahumanização, a maior atribuição de emoções secundárias e, portanto, unicamente humanas, indica um efeito de humanização parcial da anti-face. Esta, quando comparada com a face da reincidência, revela que as pessoas que não corresponderam ao grupo social de reincidente foram vistas como mais humanas.

No segundo, as pessoas atribuíram menos emoções em geral aos reincidentes, indicando um efeito de emocionalidade geral. Embora não estejam totalmente de acordo com a teoria da infrahumanização, vários pontos relativos à desumanização podem ser levantados. Como proposto por Haslam (2006) no seu modelo dual da desumanização, esta pode ocorrer negando aos seres humanos a singularidade humana (atributos unicamente humanos) comparando-os a animais, ou negando-lhes a natureza humana comparando-os a objetos inanimados. Enquanto a forma mais animalista de desumanização aborda a inteligência, a racionalidade, e os sentimentos, a forma mais mecanicista lida com a negação de sociabilidade, individualidade e emoção dos seres humanos e a comparação com objetos inanimados. Posto isto, embora os dados não indiquem a existência de infrahumanização, pode ser argumentado que a desumanização exista sobre esta forma mecanicista através do efeito de emocionalidade geral. Em suma, através de uma menor atribuição emocional, as pessoas parecem desumanizar a face da reincidência ao negar-lhe a emocionalidade. Contrariamente a estes resultados, estudos anteriores indicam que enquanto os polícias são desumanizados de maneira mecanicista (Hetey & Eberhardt, 2014), os criminosos são-no de forma animalista (Vasiljevic & Viki, 2013; Hetey & Eberhardt, 2014). Uma possível explicação é que enquanto os criminosos podem ser comparados a animais impulsivos, os criminosos reincidentes especificamente podem ser vistos como mais frios (baixa emocionalidade), sendo comparados a autómatas. Enquanto a teoria da infrahumanização e o presente estudo utilizam a desumanização baseada em atributos, focando-se na negação de características humanas aos outros, Loughnan e colaboradores (2009) destacam ainda a existência do estudo da desumanização baseada em metáforas através da associação dos outros a entidades não humanas. Assim, uma vez que os presentes resultados são ancorados

na primeira, pode demonstrar-se interessante futuramente utilizar uma abordagem baseada em metáfora para perceber se de facto as representações da reincidência seriam associadas a autómatas ou animais, sendo que, cruzando os presentes resultados com a literatura (Haslam et al., 2008) seja esperado uma associação a autómatas. Este fenómeno de desumanização acontece aqui de forma subtil uma vez que, nas palavras de Haslam e Loughnan (2014), os participantes revelaram não intencionalmente uma falta de associações automáticas entre os reincidentes e as qualidades distintivas de pessoas, em vez de deliberadamente expressarem uma comparação entre pessoas e não pessoas, como acontece nas formas mais flagrantes de desumanização. Para lá da desumanização baseada em atributos e da desumanização baseada em metáforas, Vaes e colaboradores (2012) defendem a existência da desumanização baseada no alvo, argumentando que a humanidade de um traço depende em parte do indivíduo a quem é atribuído. Nesta perspetiva, os estereótipos associados aos grupos sociais e, portanto, à pessoa avaliada ganham destaque. Dos modelos utilizados para explicar e caracterizar os estereótipos de grupo, o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos (Fiske et al., 2002), que organiza os estereótipos em quatro categorias através da perceção alta ou baixa das dimensões sociabilidade e competência, sobressai pela sua relação com a desumanização e com as relações intergrupais. Indo de encontro à perspetiva de que a desumanização pode ser baseada no alvo, estudos indicam não só que as pessoas colocam o seu endogrupo no quadrante mais alto em ambas as dimensões, correspondendo a grupos sociais admirados, como que o quadrante mais baixo é o alvo principal das perceções de desumanização (Harris & Fiske, 2006). Isto acontece, pois, uma vez que o exogrupo tem menor competência e sociabilidade atribuídos, não só é mais estereotipado e conseqüentemente mais suscetível à desumanização (Harris & Fiske, 2006; Vaes & Paladino, 2010) como também induz mais respostas emocionais de repulsa e desprezo que por sua vez se apresentam também como indutoras de desumanização (Harris & Fiske, 2006; Esses et al., 2008). Todavia, foram também descobertas formas subtis de desumanização em estereótipos dos restantes quadrantes, sendo que embora pessoas com uma dimensão percebida como alta e a outra como baixa possam ser desumanizadas, esta é mais influenciada pela dimensão de competência (Vaes & Paladino, 2010). No presente estudo, a face correspondendo a um reincidente criminal pertence ao quadrante baixo em ambas as dimensões (Achando, 2021). Assim, de acordo com os resultados, esta é desumanizada (e o seu inverso humanizado) com base nos estereótipos associados à reincidência de uma forma subtil, assemelhando-se ao que fora demonstrado anteriormente com ofensores sexuais (Viki et al., 2012) e criminosos violentos (Bastian et al., 2013). Adicionalmente, os resultados corroboram ainda os resultados de Paladino e Vaes

(2009) que reportam que as pessoas veem os estereótipos do endogrupo como mais humanos em comparação com os do exogrupo uma vez que a face do não reincidente (e não criminoso) é vista como socialmente mais próxima na identificação com o outro e como mais humana pela atribuição de mais emoções secundárias.

Por fim, embora não fizesse parte das questões de investigação, foram encontrados resultados significativos na valência emocional atribuída às faces. Quem observou a face da reincidência não só atribuiu mais emoções negativas como também menos emoções positivas. Adicionalmente, esta teve ainda uma maior carga geral emocional indicando que a face da reincidência causou uma resposta emocional maior no observador. Estes efeitos – quantitativo e qualitativo – da valência nas faces indicam, portanto, que em geral os participantes apresentam uma demarcada afetividade negativa pelos reincidentes. Contudo, embora existam diferenças ao nível das faces, estes resultados não têm implicação no facto de não existir infrahumanização porque, de acordo com esta teoria, uma vez que o foco são as emoções unicamente humanas - que podem ser positivas e negativas - a atribuição de menor humanidade deve ocorrer independentemente de qualquer avaliação negativa do exogrupo.

Como proposto, as pessoas aparentam fazer uma distinção de endogrupo e exogrupo das faces observadas com menor similaridade sendo atribuída à face da reincidência, desumanizando-a através de menor atribuição geral de emoções, e ao perceber o seu contrário como mais similar, humanizando-o pela atribuição de mais emoções secundárias (mais atributos unicamente humanos), acompanhado de mais emoções em geral).

### **Efeitos sobre a prossociabilidade**

Autores como Stepanikova et al., (2011) tinham já descoberto uma relação entre os enviesamentos implícitos e a prossociabilidade, contudo, aqui os resultados vão mais longe ao utilizar uma representação de um grupo social de forma indireta, através de uma representação visual, ao invés da apresentação do grupo em si. Com a utilização da correlação reversa, foi possível perceber que as pessoas são menos prossociais tanto com base na face como com base no conteúdo associado à representação em si. Embora não seja através de um efeito direto, os efeitos indiretos reportados são suficientemente relevantes para descrever a forma como tal acontece. Na tentativa de caracterizar as relações entre a face da reincidência e a prossociabilidade, propuseram-se mecanismos como a infrahumanização e a identificação

eu-outro. No entanto, apesar de não existir infrahumanização, foram detetados, para além do da identificação eu-outro, efeitos de humanização e uma provável desumanização mecanicista

A similaridade percebida apresentou uma relação com a prossociabilidade tanto quando utilizada em simultâneo com as emoções secundárias como com a atribuição geral de emoções. Quanto mais uma pessoa se assemelhar a representação que as pessoas têm de um reincidente mais o percecionam como diferente de si e menos intenções têm de lhe prestar qualquer tipo de auxílio. Neste caso, a existência do efeito indireto indica que tal acontece quando é visualizada a face da reincidência. Assim, as características associadas ao rótulo de reincidente podem estar a induzir um efeito de ovelha negra (Marques et al., 1988), gerando piores respostas, como menor atração interpessoal, empatia e projeção, e conseqüentemente, a menor prossociabilidade. Estes resultados revelam desta forma um favoritismo endogrupal do não criminoso e não reincidente e uma derrogação exogrupal da face da reincidência quando comparadas uma com a outra, e corroboram estudos anteriores que indicam que existe uma menor prossociabilidade face à menor similaridade percebida e à classificação do alvo como exogrupo (Vaes et al., 2002; Silvia et al., 2005, Cuddy et al., 2007). Apesar de representar reincidentes, que consistem num grupo social estigmatizado, não foi despoletado o mecanismo de rejeição visto que, uma vez que foi utilizada uma medida indireta, não foram facultadas pistas que pudessem apresentar a face como tal.

Focando a atribuição de emoções, comparativamente com quem visualiza a face do reincidente, quem visualiza a anti-face (o seu contrário), atribui mais emoções secundárias, refletindo um efeito de humanização e posteriormente apresentando mais intenções prossociais. Os presentes resultados corroboram que, apesar de o efeito de humanização endogrupal não estar diretamente ligado à derrogação do exogrupo, este pode promover e justificar um tratamento desigual de outros (Vaes et al., 2012), pois tal como o favoritismo intragrupal, pode servir de plataforma para a derrogação exogrupal (Brewer, 1991, 1999; Hornsey & Hogg, 2000). Comparando os últimos efeitos apresentados, faces (anti-faces) que geraram mais similaridade percebida desencadearam também uma maior atribuição de emoções secundárias. Isto significa que a anti-face levou a uma maior identificação eu-outro (maior sobreposição entre o self e o outro) e a uma maior humanização do outro (maior atribuição de essência humana por atributos unicamente humanos). Utilizando a identificação eu-outro como discriminadora da percepção da face como membro do exo- ou endogrupo, estes resultados reforçam estudos anteriores que evidenciam a existência de humanização do endogrupo.

A desumanização apresenta como uma das suas principais consequências a redução da prossociabilidade (Haslam & Loughnan, 2014) diminuindo tanto a ajuda individual (Vaes et al., 2002, 2003) como coletiva (Zebel et al., 2008). Relativamente à desumanização mecanicista, o modelo com a atribuição total de emoções evidenciou uma predição da prossociabilidade. Pessoas que viram a face da reincidência negaram em maior grau a natureza humana através de uma reduzida perceção de emocionalidade geral, e ao vê-los como tendo menos emoção apresentaram menos intenções prossociais. Estes resultados são consistentes com o estudo de Bastian e colaboradores (2011) que indica que, ao serem comparadas a autómatas, as pessoas desumanizadas desta forma são menos dignas de ajuda e vistas como tendo menos valor moral. Estas são julgadas como menos capazes de reabilitação, menos dignas de proteção, empatia e perdão e menos merecedoras de elogios por comportamentos morais (Bastian et al., 2011) o que reduz a prossociabilidade. Adicionalmente, este processo pode ainda levar a maior suporte por formas de justiça retributiva comparativamente à utilização de formas de justiça restaurativa (Bastian et al., 2013; Leidner, 2013). Isto aplica-se a ofensores sexuais por exemplo, predizendo um suporte menor por programas de reabilitação (Viki et al., 2013) e maior por punições especialmente duras como exclusão da sociedade (Viki et al., 2012). Comparando com a identificação eu-outro, a desumanização mecanicista reportada ocorre ao ser visualizada a face da reincidência em simultâneo com uma baixa similaridade percebida podendo indicar a desumanização de um indivíduo visto como parte do exogrupo.

Em geral, os efeitos indiretos indicam que enquanto a anti face é vista como mais próxima e gera mais intenções prossociais, a face da reincidência é vista como um outro dissimilar com quem os participantes não só não se identificam como negam a expressão da emocionalidade (natureza humana) tendo menos intenções de os ajudar.

### **Alterações aos efeitos da face da reincidência**

Uma das questões de investigação propostas consistiu em perceber se a utilização de um instrumento produzia diferenças na representação implícita da reincidência, sobre o pretexto de que a avaliação atuarial contribui para o controlo dos enviesamentos implícitos. Apesar do proposto, o instrumento não apresentou quaisquer resultados nas hipóteses propostas não tendo alterado o quanto as pessoas desumanizavam, humanizavam ou percecionavam como mais ou menos similar a face observada. Mais uma vez, apesar de não se terem comprovado as hipóteses propostas, reportam-se alguns resultados relevantes ao

nível da valência emocional. Como descrito, ao visualizar a face da reincidência, as pessoas atribuíram significativamente mais emoções negativas e menos positivas, bem como uma maior carga emocional. Apesar de não ter um efeito direto nas variáveis, o instrumento apresentou um efeito de interação com as faces na valência emocional atribuída (tanto primárias, como secundárias), onde parece moderar negativamente o efeito de atribuição das valências emocionais. Neste caso, o instrumento diminuiu o impacto que as faces apresentadas (reincidência e inverso) tiveram nas valências emocionais atribuídas, diminuindo as diferenças entre emoções positivas e negativas atribuídas e reduzindo, portanto, a carga emocional negativa direcionada às faces. Desta forma, a utilização do instrumento fez com que as pessoas atribuísem mais emoções positivas e menos emoções negativas à face da reincidência quando comparado com as faces da reincidência criadas sem a utilização deste.

Ao utilizar a metodologia RCT, as faces e anti-faces são calculadas acedendo a todas as imagens escolhidas e não escolhidas. É possível que as faces, ao serem escolhidas com base numa representação implícita sem restrições, sejam mais enviesadas. Contrariamente, a utilização do instrumento pode estar a ancorar a performance dos participantes, ao reduzir a quantidade de informação emocional transposta para a face pela adição de informação atuarial. Adicionalmente, uma vez que o preconceito implícito acontece no nível afetivo das atitudes (Breckler, 1984), as imagens de classificação com instrumento poderão ter menos informação nela contida no que toca a emoções levando posteriormente a uma menor atribuição de valência emocional. Estudos futuros poderão avaliar a quantidade de informação relevante nas faces criadas com e sem instrumento e tentar perceber se a transposição de valência emocional atribuída se relaciona com a quantidade de informação encontrada na imagem, indicando o nível de preconceito implícito. Na prática, isto significa que a utilização do instrumento “protege” a pessoa do efeito em questão. Ao utilizar o instrumento de avaliação, o profissional não atribui tão menos emoções positivas e tão mais emoções negativas com base na representação implícita de um reincidente, fazendo deste um melhor profissional, e contribuindo para tomadas de decisão menos impactadas por emoções presentes. Embora o instrumento proteja a atribuição de emoções positivas do efeito da face mais estudos são necessários para perceber o impacto das valências emocionais atribuídas na prossociabilidade e nas tomadas de decisão.

Por isto, foi testada a moderação não só para as emoções secundárias e similaridade percebida como previamente proposto, mas também para a atribuição total de emoções. Sabendo que a orientação para a dominância social é um traço bastante saliente em pessoas

com posições dominantes no sistema de justiça (Sidanius et al., 1994) e que pessoas com níveis elevados da mesma têm maior probabilidade de recorrer à desumanização (Esses et al., 2008) esperava-se que esta característica específica moderasse a propensão dos indivíduos para desumanizar e perceberem o outro como menos similar. Apesar do disposto, tal não se verificou com a amostra, apresentando, em média, valores baixos e sem nenhum efeito moderador na relação entre a face observada e os efeitos de humanização, desumanização e similaridade observados.

### **Implicações para os Reincidentes e para a Sociedade**

Já se sabia que a desumanização levava a consequências como maior antissocialidade, com ações agressivas e mais punitivas para os alvos, mas também a reduzida prossociabilidade e consequências ao nível do julgamento moral (Haslam & Loghnan, 2014). Neste estudo, o conhecimento sobre a ligação entre desumanização e exclusão social é aprofundado pelos resultados que indicam menor prossociabilidade perante um grupo socialmente desviante como os reincidentes com base nos mecanismos propostos. Agindo como mediadores, estes influenciam a maneira como a representação implícita de um reincidente vai impactar as intenções prossociais. Uma vez que os resultados falam de reincidentes, faz sentido que esta diminuição na prossociabilidade indique que estes vão ser vistos como menos reabilitáveis e menos dignos de perdão, proteção, ajuda e empatia e menos merecedores de elogios morais (Bastian et al., 2011). Ser desumanizado de maneira mecanicista pode levar a que as pessoas, neste caso os reincidentes, se sintam mais rejeitados, invalidados ou tratados instrumentalmente (Bastian & Haslam, 2010) e posteriormente prejudicar os esforços para a reinserção social. Ao serem vistos desta forma, os esforços da sociedade a favor da reinserção social poderão ser menores. Sendo que tanto a desumanização em geral (Leidner, 2013) como a desumanização de criminosos (Bastian et al., 2013) predizem mais respostas duras e retributivas o mesmo é esperado relativamente aos reincidentes. Por estas razões torna-se ainda mais importante investir em intervenções e avaliações de risco mais adequadas.

No caso da intervenção especificamente, onde se sabe que fatores como a duração e a intensidade influenciam a sua eficácia, controlar os enviesamentos implícitos pode ajudar visto que melhores avaliações levam a melhores intervenções, melhores intervenções a menores taxas de reincidência e estas, por fim, a menos custos. Sendo o suporte social tão importante para uma boa intervenção, técnicos que o consigam fazer levam uma vantagem ao

possuir menos entraves à sua prossociabilidade o que beneficia a aplicação do princípio de responsividade por exemplo.

Nas avaliações, eliminar os enviesamentos implícitos é uma tarefa difícil, pelo que pode de facto fazer mais sentido, tal como dito por Kovera (2019), tentar antes controlar o seu efeito. Embora a proposta do instrumento como solução não tenha apresentado dados definitivos quanto ao seu impacto geral na relação entre a face da reincidência e a prossociabilidade, os resultados fornecem pistas de que este enviesamento pode de facto ser controlado levando não só a avaliações mais precisas como consequentemente a intervenções mais adequadas e eficazes. Apesar de contribuir para as decisões jurídicas o instrumento continua não modificando as respostas aos reincidentes por parte da comunidade onde o rótulo atribuído se revela como um entrave à ressocialização (Becker, 1963; Zara & Farrington, 2015; Bonta e Andrews, 2017). Neste ponto, os resultados indicam que esforços realizados com foco na desumanização mecanicista e na atribuição de natureza humana poderão ter maior eficácia em diminuir os comportamentos e inferências pretendidos pelo que estratégias que abordem a comparação com autómatas e os respetivos traços associados (e.g. Emoção, moralidade...) podem revelar-se mais eficazes. Simultaneamente, pode indicar-se também a humanização como uma possível solução. Como já demonstrado, existem algumas evidências de que a humanização é um processo diferente da desumanização e de que pode levar a um aumento de prossociabilidade (Majdandžić et al. 2012), sendo assim, poderá ser interessante explorar o impacto da humanização dos reincidentes através de maior atribuição ou expressão de natureza humana e perceber se este contribui para uma diminuição da desumanização mecanicista associada. Como dito anteriormente, embora uma maior similaridade possa aumentar a empatia e a atração interpessoal e a prossociabilidade forçá-la pode não ser uma solução ao fazer emergir um mecanismo de rejeição nalgumas pessoas dada a natureza estigmatizada do grupo social em estudo (Silvia et al., 2005). Para além dos já mencionados, talvez este efeito possa ainda ser abordado através de soluções como o contacto intergruppal (Viki et al., 2012) e a múltipla categorização (Albarello & Rubini, 2012).

Em suma, a menor crença na sua reabilitação e as piores respostas estão a prejudicar a reinserção social lesando os reincidentes e a sociedade em geral. Os resultados obtidos reiteram a importância de controlar os enviesamentos implícitos ao nível do sistema e da comunidade uma vez que tanto os reincidentes como o sistema jurídico podem beneficiar de decisões socialmente críticas mais justas e com menos custos para os contribuintes.

## **Limitações e Estudos Futuros**

Em termos metodológicos podem ser apontadas algumas limitações principalmente relacionadas com a amostra. Apesar de se tentar focar a avaliação de risco que é uma atividade realizada por técnicos de reinserção, não foi possível tê-los como participantes tendo se tentado abordar esta limitação através do recrutamento de participantes em áreas de estudo que levem à formação deste tipo de profissional. Ainda relativamente à amostra do estudo, dificuldades de recolha devido à pandemia levaram a que esta tivesse sido reduzida a metade tendo sido eliminadas duas condições (baixa reincidência com e sem instrumento) que foram posteriormente substituídas pelas anti-faces. Assim, foram utilizadas apenas condições com números mais próximos aos mínimos propostos por Dotsch e Todorov (2012) para a realização da tarefa de correlação reversa 2IFC. Adicionalmente salienta-se ainda que nalgumas análises o número amostra válida foi ligeiramente inferior aos 269 com o número mais baixo a ser utilizado a ser de 247. Por último é relevante mencionar que a amostra foi maioritariamente feminina, e que embora isto corresponda à realidade presente nas equipas de reinserção social, não corresponde à população geral e pode prejudicar conclusões mais generalistas.

Com grande foco nas emoções este estudo lança diversas questões relativas a como a representação implícita da reincidência e a prossociabilidade se relacionam. Uma vez que os resultados apontam um efeito de humanização e emocionalidade geral no contexto da reincidência parece recomendável a realização de estudos da desumanização baseada tanto em metáforas como no alvo. Adicionalmente, podem ser realizados estudos que foquem os estereótipos ligados à reincidência e em como são estes atribuídos ao endo e exo grupos. Embora significativos, os resultados associados à valência não faziam parte das hipóteses propostas. Perante a existência destes, estudos futuros com foco nos mesmos e na valência emocional em geral podem revelar-se benéficos para o estudo da desumanização e em como esta ocorre perante diferentes grupos sociais. Uma das possíveis explicações para o instrumento ter moderado o efeito da valência pode ser o facto de que na presença de mais informação o participante, ao realizar a RCT, está menos suscetível aos enviesamentos implícitos. Assim este por ter acesso a mais informações atuariais acaba por utilizar menos as emoções na escolha das imagens e refletindo uma menor emocionalidade na face. Esta questão bem como o papel da valência emocional na prossociabilidade, carecem de respostas pelo que mais estudos são necessários.

Algumas das conclusões podem cair no pressuposto de que um profissional observaria o instrumento antes do sujeito avaliado, pelo que tais podem não se manter se acontecer o inverso. Mais estudos são necessários para compreender o efeito do mesmo nos profissionais. Relativamente à orientação para a dominância social, como referido por Vaes e colaboradores (2012), a desumanização do exogrupo e a humanização do endogrupo sejam moderadas por variáveis diferentes. Embora isto possa explicar a inexistência de resultados para o efeito de humanização, não justificaria os restantes efeitos. Na análise de moderação, a amostra recolhida apresentou propriedades assimétricas indicando que a população que respondeu tem em média, níveis baixos de orientação para a dominância social. Na procura pelo efeito proposto, e levando em atenção os níveis desta variável no sistema de justiça (Sidanius et al., 1994), esta limitação poderá ser abordada pela manipulação da variável em causa ou pela utilização de uma amostra específica adequada como técnicos de reinserção social ou juízes.

Embora o objetivo seja estudar o conteúdo da representação mental da reincidência, a RCT permite apenas aceder a uma aproximação da verdadeira representação mental uma vez que as imagens de classificação são condicionadas pela representação mental em si, pelo ruído sobreposto e face base utilizados, e pela performance dos participantes (Brinkman, 2017). Por isto, Brinkman et al. (2020) apresentaram a InfoVal, que é uma medida quantitativa e objetiva que avalia a quantidade de sinal nos dados de correlação reversa, indicando quanto foi ou não escolhido aleatoriamente. Os autores afirmam que medidas como esta podem ser utilizadas para diminuir a tendência para o erro tipo I e apresentam um conjunto de recomendações práticas para uma prática mais segura da metodologia. Recentemente Cone et al. (2020) apontaram também que a metodologia utilizada na tarefa de correlação reversa não controla o suficiente a ocorrência de erros tipo I na passagem da fase de classificação para a fase de avaliação. Tal acontece uma vez que, sendo a imagem de classificação criada com base na média das faces escolhidas nos ensaios, ao utilizar-se essa face média não se tem em consideração o desvio-padrão perdendo variabilidade necessária a uma boa prática estatística posterior. Os autores apresentam ainda algumas recomendações sobre como pode ser possível abordar este problema. Estudos futuros poderão beneficiar em seguir estas orientações mais recentes para assegurar a qualidade das suas análises.

### **Conclusões**

O presente estudo pretendeu estudar o impacto que as características associadas à representação implícita da reincidência podem ter na prossociabilidade bem como caracterizar

esta relação. A associação de um indivíduo ao rótulo de criminoso concede-lhe uma vasta gama de características que podem ser cravadas numa simples face e que por sinal influenciam o comportamento humano. Num mundo em que a face é vista como a capa do livro da história de um indivíduo este estudo tenta também averiguar o que possa alterar este efeito tanto pela utilização de avaliação atuarial como a análise de características intraespecíficas. Recorrendo a uma nova metodologia que permitiu avaliar as representações implícitas da reincidência através da sua transposição para faces observáveis foi possível, por meio dos estereótipos gravados nestas, obter informações indiretas sobre como os enviesamentos implícitos atuam o comportamento humano. Os resultados obtidos evidenciam que tal como previsto “julgamos os livros pelas suas capas”.

A metodologia utilizada indica que, embora indiretamente, as pessoas não só são menos prossociais em função da face apresentada, mas também que tendem a sê-lo com base na representação que têm deste grupo social cuja representação mental carrega já muita informação. Assim, as pessoas são menos prossociais ao ver uma face que corresponda à categoria de reincidente e ao ver alguém que pertença a essa categoria.

Os presentes resultados apresentam dados que reforçam mais uma vez o impacto dos estereótipos e dos enviesamentos implícitos no comportamento humano. Mesmo sem o rótulo de criminoso as faces reincidentes viram respostas diferenciadas por parte dos participantes onde nada mais era facultado do que uma face e em que esta era a encarnação da representação implícita deste grupo social. Tendo descrito os mecanismos pelos quais isto acontece, estudos futuros poderão estar mais perto de controlar ou mitigar o efeito destes, aumentando a prossociabilidade e contribuindo para uma melhor reinserção social.

Compreender os fenómenos pelos quais os enviesamentos sociais afetam a nossa prossociabilidade contribui para que possamos proteger-nos destes efeitos, melhorar contextos como a reincidência e mesmo a sociedade em geral. Muitas questões interessantes permanecem. Com a adição de novas perguntas na perseguição destes objetivos, é esperado que mais seja feito no futuro de modo a explorar os mecanismos apresentados e o seu controlo.

## Referências

- Achando, C. (2021). A face da reincidência: O impacto das representações implícitas de sujeitos reincidentes e não reincidentes na ativação de estereótipos criminais (Unpublished master's thesis). ISPA - Instituto Universitário.
- Ægisdóttir, S., White, M. J., Spengler, P. M., Maugherman, A. S., Anderson, L. A., Cook, R. S., Nichols, C. N., Lampropoulos, G. K., Walker, B. S., Cohen, G., & Rush, J. D. (2006). The meta-analysis of Clinical Judgment Project: Fifty-six years of accumulated research on clinical versus statistical prediction. *The Counseling Psychologist*, *34*(3), 341–382. <https://doi.org/10.1177/0011000005285875>
- Albarello, F., & Rubini, M. (2012). Reducing dehumanisation outcomes towards blacks: The role of multiple categorisation and of human identity. *European Journal of Social Psychology*, *42*(7), 875–882. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1902>
- Ames, D. R. (2004). Strategies for Social Inference: A Similarity Contingency Model of Projection and Stereotyping in Attribute Prevalence Estimates. *Journal of Personality and Social Psychology*, *87*(5), 573–585. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.5.573>
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). Rehabilitating criminal justice policy and practice. *Psychology, Public Policy, and Law*, *16*(1), 39–55. <https://doi.org/10.1037/a0018362>
- Andrews, D. A., & Dowden, C. (2005). Managing correctional treatment for reduced recidivism: A meta-analytic review of programme integrity. *Legal and Criminological Psychology*, *10*(2), 173-187. <https://doi.org/10.1348/135532505x36723>
- Andrews, D. A., & Dowden, C. (2006). Risk principle of case classification in correctional treatment: A meta-analytic investigation. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, *50*(1), 88-100. <https://doi.org/10.1177/0306624X05282556>
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Hoge, R. D. (1990). Classification for effective rehabilitation: Rediscovering psychology. *Criminal justice and Behavior*, *17*(1), 19-52. <https://doi.org/10.1177/0093854890017001004>
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2004). The Level of Service/Case Management Inventory (LS/CMI). Multi-Health Systems. <https://doi.org/10.1037/t05029-000>

- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & delinquency*, 52(1), 7-27.  
<https://doi.org/10.1177/0011128705281756>
- Andrews, D. A., Dowden, C., & Rettinger, J. L. (2001). Special populations within corrections. In J. A. Winterdyk (Ed.), *Corrections in Canada: Social reactions to crime* (pp. 170–212). Prentice-Hall.
- Andrews, D. A., Zinger, I., Hoge, R. D., Bonta, J., Gendreau, P., & Cullen, F. T. (1990). Does correctional treatment work? A clinically relevant and psychologically informed meta-analysis. *Criminology*, 28(3), 369-404.
- Bastian, B., & Haslam, N. (2010). Excluded from humanity: The dehumanizing effects of social ostracism. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(1), 107–113.  
<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.06.022>
- Bastian, B., Denson, T. F., & Haslam, N. (2013). The roles of dehumanization and moral outrage in retributive justice. *PLoS ONE*, 8(4).  
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0061842>
- Bastian, B., Jetten, J., Chen, H., Radke, H. R., Harding, J. F., & Fasoli, F. (2013). Losing our humanity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 39(2), 156–169.  
<https://doi.org/10.1177/0146167212471205>
- Bastian, B., Laham, S. M., Wilson, S., Haslam, N., & Koval, P. (2011). Blaming, praising, and protecting our humanity: The implications of everyday dehumanization for judgments of moral status. *British Journal of Social Psychology*, 50(3), 469–483.  
<https://doi.org/10.1348/014466610x521383>
- Batson, C. D., & Powell, A. A. (2003). Altruism and prosocial behavior. In T. Millon & M. J. Lerner (Eds.), *Handbook of psychology: Personality and social psychology* (pp. 463–484). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/0471264385.wei0519>
- Baumsteiger, R., & Siegel, J. T. (2018). Measuring prosociality: The development of a prosocial behavioral intentions scale. *Journal of Personality Assessment*, 101(3), 305–314. <https://doi.org/10.1080/00223891.2017.1411918>

- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Free Press.
- Bernburg J.G. (2019). Labeling Theory. In M. Krohn, N. Hendrix, G. Penly Hall & A. Lizotte (Eds.), *Handbook on Crime and Deviance* (pp. 179-196). Springer Nature.  
[https://doi.org/10.1007/978-3-030-20779-3\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-030-20779-3_10)
- Blair, I. V., Judd, C. M., & Chapleau, K. M. (2004). The influence of Afrocentric facial features in criminal sentencing. *Psychological science*, *15*(10), 674-679.  
<https://doi.org/10.1111/j.0956-7976.2004.00739.x>
- Blanchette, K., & Brown, S. L. (2006). *The assessment and treatment of women offenders: An integrative perspective*. John Wiley & Sons.
- Bonta, J. (1996). Risk-needs assessment and treatment. In A. T. Harland (Ed.), *Choosing correctional options that work: Defining the demand and evaluating the supply* (pp. 18–32). Sage Publications.
- Bonta, J., & Andrews, D. A. (2007). Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation. *Rehabilitation*, *6*(1), 1-22.
- Bonta, J., & Andrews, D. A. (2017). *The psychology of criminal conduct* (6th ed.). Routledge.
- Bonta, J., Blais, J., & Wilson, H. A. (2014). A theoretically informed meta-analysis of the risk for general and violent recidivism for mentally disordered offenders. *Aggression and violent behavior*, *19*(3), 278-287. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.04.014>
- Bonta, J., Law, M., & Hanson, K. (1998). The prediction of criminal and violent recidivism among mentally disordered offenders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, *123*(2), 123–142. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.123.2.123>
- Bonta, J., Ruge, T., Scott, T. L., Bourgon, G., & Yessine, A. K. (2008). Exploring the black box of community supervision. *Journal of offender rehabilitation*, *47*(3), 248-270.  
<https://doi.org/10.1080/10509670802134085>
- Bonta, J., & Wormith, S. J. (2007). Risk and need assessment. In G. McIvor & P. Raynor (Eds.), *Developments in social work with offenders* (pp. 131-152). Rehabilitation.

- Bosker, J., Witteman, C., & Hermanns, J. (2013). Do intervention plans meet criteria for effective practice to reduce recidivism? How probation officers forget about social capital and basic needs. *European Journal of Probation*, 5(1), 65-85.  
<https://doi.org/10.1177/206622031300500105>
- Branscombe, N. R., Ellemers, N., Spears, R., & Doosje, B. (1999). The context and content of social identity threat. In N. Ellemers, R. Spears, & B. Doosje (Eds.), *Social identity: Context, commitment, content* (pp. 35–58). Blackwell Science.
- Brewer, M. B. (1991). The social self: On being the same and different at the same time. *Personality and social psychology bulletin*, 17(5), 475-482.
- Brewer, M. B. (1999). The psychology of prejudice: Ingroup love or outgroup hate? *Journal of Social Issues*, 55(3), 429–444. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00126>
- Brinkman, L., Goffin, S., van de Schoot, R., van Haren, N. E. M., Dotsch, R., & Aarts, H. (2019). Quantifying the informational value of classification images. *Behavior Research Methods*, 51(5), 2059–2073. <https://doi.org/10.3758/s13428-019-01232-2>
- Brinkman, L., Goffin, S., van de Schoot, R., van Haren, N., Dotsch, R. (2020). Quantifying the informational value of classification images. *Behavior Research Methods*, 28, 333–361.
- Brinkman, L., Todorov, A., & Dotsch, R. (2017). Visualising mental representations: A primer on noise-based reverse correlation in social psychology. *European Review of Social Psychology*, 28(1), 333-361.
- Brogan, L., Haney-Caron, E., NeMoyer, A., & DeMatteo, D. (2015). Applying the risk-needs-responsivity (RNR) model to juvenile justice. *Criminal Justice Review*, 40(3), 277-302.  
<https://doi.org/10.1177/0734016814567312>
- Brown-Iannuzzi, J. L., Dotsch, R., Cooley, E., & Payne, B. K. (2017). The relationship between mental representations of welfare recipients and attitudes toward welfare. *Psychological science*, 28(1), 92-103. <https://doi.org/10.1177/0956797616674999>

- Busching, R., & Lutz, J. (2016). The impact of visual stereotypes on judgments about rape. *Swiss Journal of Psychology*, 75(3), 133–140. <https://doi.org/10.1024/1421-0185/a000178>
- Byrne, D. (1961). Interpersonal attraction and attitude similarity. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 62(3), 713–715. <https://doi.org/10.1037/h0044721>
- Byrne, D. (1961). Interpersonal attraction and attitude similarity. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 62(3), 713–715. <https://doi.org/10.1037/h0044721>
- Carvalho, C. L., Pinto, I. R., Costa-Lopes, R., Páez, D., Miranda, M. P., & Marques, J. M. (2021). Social dominance orientation boosts collective action among low-status groups. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.681302>
- Cone, J., Brown-Iannuzzi, J. L., Lei, R., & Dotsch, R. (2021). Type I error is inflated in the two-phase reverse correlation procedure. *Social Psychological and Personality Science*, 12(5), 760-768.
- Copas, J., & Marshall, P. (1998). The offender group reconviction scale: a statistical reconviction score for use by probation officers. *Journal of the Royal Statistical Society: Series C (Applied Statistics)*, 47(1), 159-171.
- Costa-Lopes, R. C., Madeira, A. F., Miranda, M. P., & Moreira, W. (2018). Socially critical decisions towards low status groups: the role of meritocracy. In S. Aboim, P. Granjo & A. Ramos (Eds.), *Changing societies: legacies and challenges Vol 1 Ambiguous inclusions: inside out, outside in* (pp. 137-158). Imprensa de Ciências Sociais.
- Cuddy, A. J., Rock, M. S., & Norton, M. I. (2007). Aid in the aftermath of Hurricane Katrina: Inferences of secondary emotions and intergroup helping. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10(1), 107-118.
- Davis, M. H. (2015). Empathy and prosocial behavior. In D. A. Schroeder & W. G. Graziano (Eds.), *The Oxford handbook of prosocial behavior* (pp. 282–306). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195399813.013.026>
- Decety, J., Bartal, I. B.-A., Uzefovsky, F., & Knafo-Noam, A. (2016). Empathy as a driver of prosocial behaviour: Highly conserved neurobehavioural mechanisms across species.

*Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 371(1686).

<https://doi.org/10.1098/rstb.2015.0077>

Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components.

*Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5–18.

<https://doi.org/10.1037/0022-3514.56.1.5>

Dotsch, R., & Todorov, A. (2012). Reverse correlating social face perception. *Social Psychological and Personality Science*, 3(5), 562-571.

Dumas, R., & Testé, B. (2006). The influence of criminal facial stereotypes on juridic judgments. *Swiss Journal of Psychology*, 65(4), 237-244.

Eagly, A. H., Ashmore, R. D., Makhijani, M. G., & Longo, L. C. (1991). What is beautiful is good, but...: A meta-analytic review of research on the physical attractiveness stereotype.

*Psychological Bulletin*, 110(1), 109–128. [https://doi.org/10.1037/0033-](https://doi.org/10.1037/0033-2909.110.1.109)

[2909.110.1.109](https://doi.org/10.1037/0033-2909.110.1.109)

Eberhardt, J. L., Davies, P. G., Purdie-Vaughns, V. J., & Johnson, S. L. (2006). Looking deathworthy: Perceived stereotypicality of Black defendants predicts capital-sentencing outcomes. *Psychological science*, 17(5), 383-386.

Eberhardt, J. L., Goff, P. A., Purdie, V. J., & Davies, P. G. (2004). Seeing black: race, crime, and visual processing. *Journal of personality and social psychology*, 87(6), 876.

Eidelman, S., & Biernat, M. (2003). Derogating black sheep: Individual or group protection?.

*Journal of Experimental Social Psychology*, 39(6), 602-609.

Emler, N., Renwick, S., & Malone, B. (1983). The relationship between moral reasoning and political orientation. *Journal of personality and social psychology*, 45(5), 1073.

Esses, V. M., Veenvliet, S., Hodson, G., & Mihic, L. (2008). Justice, morality, and the dehumanization of refugees. *Social Justice Research*, 21(1), 4–25.

<https://doi.org/10.1007/s11211-007-0058-4>

European Social Survey (2014). ESS Round 7 Source Questionnaire. *ESS ERIC Headquarters, Centre for Comparative Social Surveys*.

- Farrington, D. P., Loeber, R., & Ttofi, M. M. (2012). Risk and protective factors for offending. In B. C. Welsh & D. P. Farrington (Eds.), *Oxford Handbooks Online* (pp. 46-69). <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195398823.013.0003>
- Farrington, D. P., Loeber, R., & Ttofi, M. M. (2012). Risk and protective factors for offending. In B. C. Welsh & D. P. Farrington (Eds.), *The Oxford Handbook*.
- Fazel, S., & Wolf, A. (2015). A systematic review of criminal recidivism rates worldwide: Current difficulties and recommendations for best practice. *PLOS ONE*, *10*(6). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0130390>
- Fiske, S. T. (2021). Prejudice, discrimination, and stereotyping. In R. Biswas-Diener & E. Diener (Eds.), *Noba textbook series: Psychology*. DEF publishers. <http://noba.to/jfkx7nrd>
- Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. *Advances in Experimental Social Psychology*, *23*, 1–74. [https://doi.org/10.1016/s0065-2601\(08\)60317-2](https://doi.org/10.1016/s0065-2601(08)60317-2)
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, *82*(6), 878–902. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.6.878>
- Fiske, S. T., Lin, M., & Neuberg, S. (2018). The continuum model: Ten years later. In *Social Cognition: Selected Works of Susan Fiske* (pp. 41-75). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315187280>
- Flowe, H. D., & Humphries, J. E. (2011). An examination of criminal face bias in a random sample of police lineups. *Applied Cognitive Psychology*, *25*(2), 265-273.
- French, S. A., & Gendreau, P. (2006). Reducing prison misconducts: What works!. *Criminal Justice and Behavior*, *33*(2), 185-218.

- Furnham, A., & Fenton-O'Creevy, M. (2018). Personality and political orientation. *Personality and Individual Differences*, 129, 88-91.  
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.03.020>
- Galinsky, A. D., & Moskowitz, G. B. (2000). Perspective-taking: Decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 708–724. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.78.4.708>
- Gendreau, P., Goggin, C., Cullen, F. T., & Andrews, D. A. (2000). The effects of community sanctions and incarceration on recidivism. *Forum on Corrections Research*, 12(2), 10-13.
- Gendreau, P., Little, T., & Goggin, C. (1996). A meta-analysis of the predictors of adult offender recidivism: What works!. *Criminology*, 34(4), 575-608.
- Genovés, V. G., Morales, L. A., & Sánchez-Meca, J. (2006). What works for serious juvenile offenders? A systematic review. *Psicothema*, 18(3), 611-619.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of personality and social psychology*, 74(6), 1464 -1480. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.6.1464>
- Greenwald, A. G., Poehlman, T. A., Uhlmann, E. L., & Banaji, M. R. (2009). Understanding and using the implicit association test: III. meta-analysis of predictive validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(1), 17–41. <https://doi.org/10.1037/a0015575>
- Guimond, S., Dambrun, M., Michinov, N., & Duarte, S. (2003). Does social dominance generate prejudice? integrating individual and contextual determinants of intergroup cognitions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(4), 697–721.  
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.84.4.697>
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2009). The accuracy of recidivism risk assessments for sexual offenders: A meta-analysis of 118 prediction studies. *Psychological Assessment*, 21(1), 1–21. <https://doi.org/10.1037/a0014421>
- Hanson, R. K., Bourgon, G., & Helmus, L. (2007). The validity of risk assessments for intimate partner violence: A meta-analysis. *Public Safety Canada*.

- Hanson, R. K., Bourgon, G., Helmus, L., & Hodgson, S. (2009a). The principles of effective correctional treatment also apply to sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 36(9), 865–891. <https://doi.org/10.1177/0093854809338545>
- Hanson, R. K., Bourgon, G., Helmus, L., & Hodgson, S. (2009b). A meta-analysis of the effectiveness of treatment for sexual offenders: Risk, need, and responsivity. *User Report*.
- Harris, G. T., & Rice, M. E. (2003). Actuarial assessment of risk among sex offenders. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989, 198–246. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07306.x>
- Harris, L. T., & Fiske, S. T. (2006). Dehumanizing the lowest of the low. *Psychological Science*, 17(10), 847–853. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2006.01793.x>
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252–264. [https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003\\_4](https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4)
- Haslam, N., & Loughnan, S. (2014). Dehumanization and infrahumanization. *Annual Review of Psychology*, 65, 399–423. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115045>
- Haslam, N., Bain, P., Douge, L., Lee, M., & Bastian, B. (2005). More human than you: Attributing humanness to self and others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89(6), 937–950. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.89.6.937>
- Haslam, N., Kashima, Y., Loughnan, S., Shi, J., & Suitner, C. (2008). Subhuman, inhuman, and superhuman: Contrasting humans with nonhumans in three cultures. *Social Cognition*, 26(2), 248–258. <https://doi.org/10.1521/soco.2008.26.2.248>
- Haslam, N., Loughnan, S., Kashima, Y., & Bain, P. (2008). Attributing and denying humanness to others. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European review of social psychology* (pp. 55–85). Psychology Press. <https://doi.org/10.1080/10463280801981645>
- Haslam, N., Rothschild, L., & Ernst, D. (2000). Essentialist beliefs about social categories. *British Journal of Social Psychology*, 39(1), 113–127.

- Hayes, A. F. (2017). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. Guilford publications.
- Hetey, R. C., & Eberhardt, J. L. (2014). Cops and criminals: The interplay of mechanistic and animalistic dehumanization in the criminal justice system. In P. G. Bain, J. Vaes, & J. P. Leyens (Eds.), *Humanness and dehumanization* (pp. 147–166). Psychology Press.
- Ho, A., Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Pratto, F., Henkel, K., Foels, R., & Stewart, A. (2015). The nature of social dominance orientation: Theorizing and measuring preferences for intergroup inequality using the new SDO<sub>7</sub> scale. *Journal of Personality and Social Psychology*, *109* (6), 1003–1028.  
<https://doi.org/10.1037/pspi0000033.supp>
- Hoge, R. D. (2002). Standardized instruments for assessing risk and need in youthful offenders. *Criminal justice and behavior*, *29*(4), 380-396.
- Hoge, R. D., & Andrews, D. A. (2011). *Youth level of service/Case management inventory 2.0 (YLS/CMI 2.0): User's manual*. Multi-Health Systems.
- Hogg, M. A., & Hornsey, M. J. (2006). Self-concept threat and multiple categorization within groups. In R. J. Crisp & M. Hewstone (Eds.), *Multiple Social Categorization* (pp. 128–152). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203969229-18>
- Hornsey, M. J., & Hogg, M. A. (2000). Intergroup similarity and subgroup relations: Some implications for assimilation. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *26*(8), 948-958.
- Katsiyannis, A., Whitford, D. K., Zhang, D., & Gage, N. A. (2018). Adult recidivism in United States: A meta-analysis 1994–2015. *Journal of Child and Family Studies*, *27*(3), 686-696. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0945-8>
- Kleider-Offutt, H. M., Bond, A. D., & Hegerty, S. E. (2017). Black stereotypical features: When a face type can get you in trouble. *Current Directions in Psychological Science*, *26*(1), 28-33.

- Koehler, J. A., Lösel, F., Akoensi, T. D., & Humphreys, D. K. (2013). A systematic review and meta-analysis on the effects of young offender treatment programs in Europe. *Journal of Experimental Criminology*, 9(1), 19-43.
- Kovera, M. B. (2019). Racial disparities in the criminal justice system: Prevalence, causes, and a search for solutions. *Journal of Social Issues*, 75(4), 1139-1164.
- Lay J.C., Hoppmann C.A. (2015). Altruism and Prosocial Behavior. In N. Pachana (Ed.), *Encyclopedia of Geropsychology*. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-981-287-080-3\\_69-1](https://doi.org/10.1007/978-981-287-080-3_69-1)
- Lee, I.-C., Pratto, F., & Johnson, B. T. (2011). Intergroup consensus/disagreement in support of group-based hierarchy: An examination of socio-structural and psycho-cultural factors. *Psychological Bulletin*, 137(6), 1029–1064. <https://doi.org/10.1037/a0025410>
- Leidner, B., Castano, E., & Ginges, J. (2013). Dehumanization, retributive and restorative justice, and aggressive versus diplomatic intergroup conflict resolution strategies. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 39(2), 181–192. <https://doi.org/10.1177/0146167212472208>
- Leyens, J. P., Demoulin, S., Vaes, J., Gaunt, R., & Paladino, M. P. (2007). Infra-humanization: The wall of group differences. *Social Issues and Policy Review*, 1(1), 139–172. <https://doi.org/10.1111/j.1751-2409.2007.00006.x>
- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and social psychology review*, 4(2), 186-197. [https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0402\\_06](https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0402_06)
- Leyens, J. P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M. P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31(4), 395-411.
- Lipsey, M. W. (1999). Can intervention rehabilitate serious delinquents?. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 564(1), 142-166.

- Lloyd, E. P., Sim, M., Smalley, E., Bernstein, M. J., & Hugenberg, K. (2020). Good Cop, Bad Cop: Race-Based Differences in Mental Representations of Police. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 46(8), 1205-1218. <https://doi.org/10.1177/0146167219898562>
- Loughnan, S., Haslam, N., & Kashima, Y. (2009). Understanding the Relationship between Attribute-Based and Metaphor-Based Dehumanization. *Group Processes and Intergroup Relations*, 12(6), 747-762. <https://doi.org/10.1177/1368430209347726>
- Lowenkamp, C. T. (2004). *Correctional program integrity and treatment effectiveness: A multi-site, program-level analysis* [Doctoral dissertation, University of Cincinnati]
- Lowenkamp, C. T., Latessa, E. J., & Smith, P. (2006). Does correctional program quality really matter? The impact of adhering to the principles of effective intervention. *Criminology & Public Policy*, 5(3), 575-594.
- Lundqvist, D., Flykt, A., & Öhman, A. (1998). *Karolinska Directed Emotional Faces (KDEF)* [Database record]. APA PsycTests. <https://doi.org/10.1037/t27732-000>
- Majdandžić, J., Bauer, H., Windischberger, C., Moser, E., Engl, E., & Lamm, C. (2012). The human factor: Behavioral and neural correlates of humanized perception in moral decision making. *PLoS ONE*, 7(10), 181–192. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0047698>
- Mangini, M. C., & Biederman, I. (2004). Making the ineffable explicit: Estimating the information employed for face classifications. *Cognitive Science*, 28(2), 209-226.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., & Leyens, J. P. (1988). The “Black Sheep Effect”: Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18(1), 1–16. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180102>
- Marsh, I. (2007). *Theories of crime*. Routledge.
- Marsh, K., Fox, C., & Sarmah, R. (2009). Is custody an effective sentencing option for the UK? Evidence from a meta-analysis of existing studies. *Probation Journal*, 56(2), 129-151.

- McDaniel, K. (2014) Recidivism Prevention Through Prosocial Support: A Systematic Review of Empirical Research.
- Miranda, M. P. (2014). On low-status groups: pervasiveness and boundaries of dehumanisation.
- Miranda, M. P., Costa-Lopes, R., Freitas, G., & Carvalho, C. L. (2021). Early release from prison in time of covid-19: Determinants of unfavourable decisions towards Black prisoners. *PLOS ONE*, 16(5). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0252319>
- Montoya, R. M., Horton, R. S., & Kirchner, J. (2008). Is actual similarity necessary for attraction? A meta-analysis of actual and perceived similarity. *Journal of Social and Personal Relationships*, 25(6), 889-922.
- Nuffield, J. (1982). Parole decision-making in Canada: Research towards decision guidelines. *Communication Division, Solicitor General of Canada*.
- Oleson, J. C., VanBenschoten, S., Robinson, C., Lowenkamp, C. T., & Holsinger, A. M. (2012). Actuarial and clinical assessment of criminogenic needs: Identifying supervision priorities among federal probation officers. *Journal of Crime and Justice*, 35(2), 239-248.
- Oliveira, M., & Miranda, M. P. (2012). Paradigma: Teste de associação implícita. *Laboratório de Psicologia*, 10(2), 235-249.
- Oosterhof, N. N., & Todorov, A. (2008). The functional basis of face evaluation. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105(32), 11087-11092. <https://doi.org/10.1073/pnas.0805664105>
- Oswald, P. A. (1996). The effects of cognitive and affective perspective taking on empathic concern and altruistic helping. *The Journal of social psychology*, 136(5), 613-623. <https://doi.org/10.1080/00224545.1996.9714045>
- Paladino, M.-P., & Vaes, J. (2009). Ours is human: On the pervasiveness of infra-humanization in intergroup relations. *British Journal of Social Psychology*, 48(2), 237–251. <https://doi.org/10.1348/014466608x322882>

- Penner., L. A., Dovidio., J. F., Piliavin., J. A., & Schroeder., D. A. (2005). Prosocial behavior: Multilevel Perspectives. *Annual Review of Psychology*, 56(1), 365–392.  
<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070141>
- Peterson-Badali, M., Skilling, T., & Haqanee, Z. (2015). Examining implementation of risk assessment in case management for youth in the justice system. *Criminal Justice and Behavior*, 42(3), 304-320. <https://doi.org/10.1177/0093854814549595>
- Plous, S. (2003). The psychology of prejudice, stereotyping, and discrimination: An overview. In S. Plous (Ed.), *Understanding Prejudice and Discrimination* (pp. 3-48). McGraw-Hill.
- Porter, S., Brinke, L., & Gustaw, C. (2010). Dangerous decisions: The impact of first impressions of trustworthiness on the evaluation of legal evidence and defendant culpability. *Psychology, Crime & Law*, 16(6), 477-491.  
<https://doi.org/10.1080/10683160902926141>
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social Dominance Orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741–763. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741>
- Redondo, S., Garrido, V., & Sánchez-Meca, J. (1997). What works in correctional rehabilitation in Europe: A Meta-Analytical Review. In S. Redondo, V. Garrido, J. Pérez & R. Barberet (Eds.), *Advances in Psychology and Law* (pp. 499- 523) International Contributions. <https://doi.org/10.1515/9783110801163.499>
- Redondo, S., Sanchez-Meca, J., & Garrido, V. (1999). The influence of treatment programmes on the recidivism of juvenile and adult offenders: An European meta-analytic review. *Psychology, Crime and Law*, 5(3), 251-278.  
<https://doi.org/10.1080/10683169908401769>
- Rothbart, M., & Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. R. Semin & K. Fiedler (Eds.), *Language, interaction and social cognition* (pp. 11–36). Sage Publications.

- Rugge, T. (2006). *Risk assessment of male Aboriginal offenders: A 2006 perspective*. Public Safety and Emergency Preparedness Canada.
- Sampson, R. J., & Groves, W. B. (1989). Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. *American journal of sociology*, 94(4), 774-802.
- Shen, L. (2010). On a scale of state empathy during message processing. *Western Journal of Communication*, 74(5), 504-524.
- Sidanius, J., Liu, J. H., Shaw, J. S., & Pratto, F. (1994). Social dominance orientation, hierarchy attenuators and hierarchy enhancers: Social dominance theory and the criminal justice system. *Journal of Applied Social Psychology*, 24(4), 338-366.
- Siegel, L. J. (2016). *Criminology: Theories, patterns, and typologies*. Cengage Learning.
- Silvia, P. J., Graham, J. S., & Hawley, C. N. (2005). Changing Attitudes Toward Prison Reform: Effects of Similarity to Prisoners on Attraction and Rejection 1. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(2), 248-258. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2005.tb02120.x>
- Simões, M. R., Almeida, L. S., & Gonçalves, M. M. (2017). *Psicologia forense: instrumentos de avaliação*. Factor.
- Smith, E. R., & Henry, S. (1996). An in-group becomes part of the self: Response time evidence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(6), 635-642. <https://doi.org/10.1177/0146167296226008>
- Smith, P., Gendreau, P., & Goggin, C. (2002). *The effects of prison sentences and intermediate sanctions on recidivism: General effects and individual differences*. Solicitor General Canada.
- Smith, P., Gendreau, P., & Swartz, K. (2009). Validating the principles of effective intervention: A systematic review of the contributions of meta-analysis in the field of corrections. *Victims and Offenders*, 4(2), 148-169. <https://doi.org/10.1080/15564880802612581>

- Snyder, M., & Dwyer, P. C. (2013). Altruism and prosocial behavior. In H. Tennen, J. Suls, & I. B. Weiner (Eds.), *Handbook of psychology: Personality and social psychology* (pp. 467–485). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1080/10463283.2012.665250>
- Stepanikova, I., Triplett, J., & Simpson, B. (2011). Implicit racial bias and prosocial behavior. *Social Science Research, 40*(4), 1186-1195. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2011.02.004>
- Stürmer, S., Snyder, M., Kropp, A., & Siem, B. (2006). Empathy-motivated helping: The moderating role of group membership. *Personality and Social Psychology Bulletin, 32*(7), 943-956.
- Tajfel, H., & Turner, J.C. (1986). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. In S. Worchel, & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relation* (pp. 7-24) Hall Publishers.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European journal of social psychology, 1*(2), 149-178. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010202>
- Tajfel, H., Turner, J. C., Austin, W. G., & Worchel, S. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33-47). Brooks/Cole.
- Thompson, J., McConnell, A., & Paquin-Marseille, L. (2011). The Security Reclassification Scale (SRSW) for Shorter Review Periods among Federal Women Offenders. *Correctional Service Canada*.
- Todorov, A., Olivola, C. Y., Dotsch, R., & Mende-Siedlecki, P. (2015). Social attributions from faces: Determinants, consequences, accuracy, and functional significance. *Annual review of psychology, 66*, 519-545. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143831>
- Tripodi, S. J., Bledsoe, S. E., Kim, J. S., & Bender, K. (2011). Effects of correctional-based programs for female inmates: A systematic review. *Research on Social Work Practice, 21*(1), 15-31. <https://doi.org/10.1177/1049731509352337>

- Usher, A. M., & Stewart, L. A. (2014). Effectiveness of correctional programs with ethnically diverse offenders: A meta-analytic study. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 58(2), 209-230. <https://doi.org/10.1177/0306624X12469507>
- Vaes, J., & Muratore, M. (2013). Defensive dehumanization in the medical practice: A cross-sectional study from a health care worker's perspective. *British Journal of Social Psychology*, 52(1), 180-190. <https://doi.org/10.1111/bjso.12008>
- Vaes, J., & Paladino, M. P. (2010). The uniquely human content of stereotypes. *Group Processes & Intergroup Relations*, 13(1), 23–39. <https://doi.org/10.1177/1368430209347331>
- Vaes, J., Leyens, J.P., Paladino, M. P., & Miranda, M. P. (2012). We are human, they are not: Driving forces behind outgroup dehumanisation and the humanisation of the ingroup. *European Review of Social Psychology*, 23(1), 64–106. <https://doi.org/10.1080/10463283.2012.665250>
- Vaes, J., Paladino, M. P., & Haslam, N. (2021). Seven clarifications on the psychology of dehumanization. *Perspectives on Psychological Science*, 16(1), 28-32. <https://doi.org/10.1177/1745691620953767>
- Vaes, J., Paladino, M. P., & Leyens, J. P. (2002). The lost e-mail: Prosocial reactions induced by uniquely human emotions. *British journal of social psychology*, 41(4), 521-534.
- Vaes, J., Paladino, M. P., Castelli, L., Leyens, J. P., & Giovanazzi, A. (2003). On the behavioral consequences of infrahumanization: The implicit role of uniquely human emotions in intergroup relations. *Journal of personality and social psychology*, 85(6), 1016- 1034. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.6.1016>
- Vasiljevic, M., & Viki, G. T. (2013). Dehumanization, moral disengagement, and public attitudes to crime and punishment. In P. Brain, J. Vaes & J. P. Leyens (Eds.), *Humanness and dehumanization* (pp. 137-154). Psychology Press.
- Viglione, J., Rudes, D. S., & Taxman, F. S. (2015). Misalignment in supervision: Implementing risk/needs assessment instruments in probation. *Criminal Justice and Behavior*, 42, 263- 285. <https://doi.org/10.1177/0093854814548447>

- Viki, G. T., & Calitri, R. (2008). Infrahuman outgroup or suprahuman ingroup: The role of nationalism and patriotism in the infrahumanization of outgroups. *European Journal of Social Psychology, 38*(6), 1054-1061. <https://doi.org/10.1002/ejsp.495>
- Viki, G. T., Fullerton, I., Raggett, H., Tait, F., & Wiltshire, S. (2012). The role of dehumanization in attitudes toward the social exclusion and rehabilitation of sex offenders. *Journal of Applied Social Psychology, 42*(10), 2349-2367. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2012.00944.x>
- Wormith, J. S., Gendreau, P., & Bonta, J. (2012a). Deferring to clarity, parsimony, and evidence in reply to Ward, Yates, and Willis. *Criminal Justice and Behavior, 39*(1), 111-120.
- Wormith, J. S., Hogg, S., & Guzzo, L. (2012b). The Predictive Validity of a General Risk/Needs Assessment Inventory on Sexual Offender Recidivism and an Exploration of the Professional Override. *Criminal Justice and Behavior, 39*(12), 1511–1538. <https://doi.org/10.1177/0093854812455741>
- Yukhnenko, D., Sridhar, S., & Fazel, S. (2019). A systematic review of criminal recidivism rates worldwide: 3-Year update. *Wellcome Open Research, 4*. <https://doi.org/10.12688/wellcomeopenres.14970.1>
- Zara, G. (2005). *Criminal Careers*. Giuffrè.
- Zara, G., & Farrington, D. (2015). *Criminal recidivism: Explanation, prediction and prevention*. *Willan, 22*–47. <https://doi.org/10.4324/9780203083451-11>
- Zebel, S., Zimmermann, A., Viki, G., & Doosje, B. (2008). Dehumanization and guilt as distinct but related predictors of support for reparation policies. *Political Psychology, 29*(2), 193–219. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2008.00623.x>
- Zebrowitz, L. A. (2004). The origin of first impressions. *Journal of Cultural and Evolutionary Psychology, 2*(1-2), 93-108. <https://doi.org/10.1556/JCEP.2.2004.1-2.6>
- Zebrowitz, L. A. (2011) Ecological and social approaches to face perception. In A. J. Calder, G. Rhodes, J.V. Haxby & M. H. Johnson (Eds.), *The Handbook of Face Perception* (pp. 31-50) Oxford University Press.

Zebrowitz, L. A. (2017). First Impressions From Faces. *Current Directions in Psychological Science*, 26(3), 237–242. <https://doi.org/10.1177/0963721416683996>

Zebrowitz, L. A., & McDonald, S. M. (1991). The impact of litigants' baby-facedness and attractiveness on adjudications in small claims courts. *Law and human behavior*, 15(6), 603-623. <https://doi.org/10.1007/BF01065855>

## Anexos

### 1. Consentimento Informado Estudo Piloto

---

Muito obrigado por querer participar.

Este estudo procura estudar as **representações mentais que as pessoas têm da reincidência** (isto, é, a probabilidade de voltar a cometer um crime).

É um estudo promovido em colaboração entre o Instituto de Ciências Sociais da ULisboa e o ISPA - Instituto Universitário e tem o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/PSI-GER/28765/2017).

Todas as respostas são **anónimas**.

Os dados serão utilizados exclusivamente para fins de investigação, mantendo assim a sua privacidade.

Após começar o estudo, - e porque garantimos o anonimato dos participantes - não existe a possibilidade de proceder à eliminação das suas respostas.

A sua participação é voluntária e poderá desistir a qualquer momento. A sua participação nesta investigação não lhe trará nenhum risco ou desconforto. Estima-se que termine este questionário em até 30 minutos. Ao participar, receberá **1 voucher no valor de 5€ em cartão DÁ** para compras em lojas do Grupo SONAE (incluindo por exemplo Continente, SportZone e Worten).

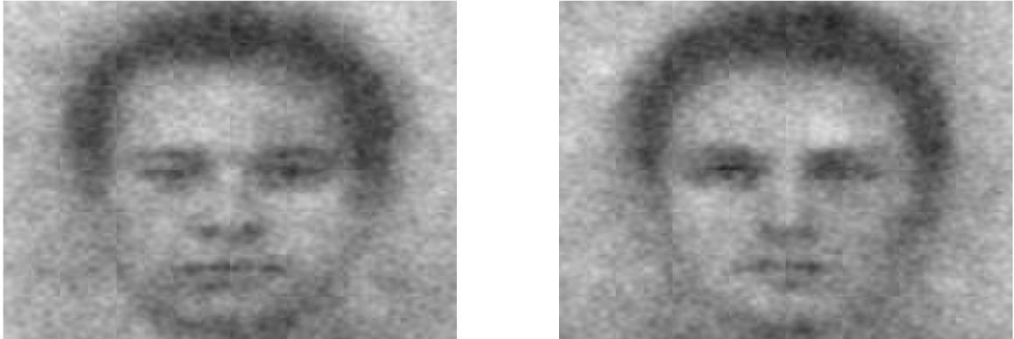
Se tiver alguma dúvida ou sugestão, poderá entrar em contacto com os investigadores responsáveis, através do seguinte email: [mariana.miranda@ics.ulisboa.pt](mailto:mariana.miranda@ics.ulisboa.pt)

**Confirmo que li o texto acima e que aceito as condições nele expressas.**

## 2. Imagens vistas na RCT - 2IFC

### a. *Sem Instrumento:*

Qual a face que lhe parece mais ser a de alguém que foi condenado por um crime e tem alta probabilidade de reincidir?



A

L

The image shows two grayscale composite faces, labeled A and L, side-by-side. The faces are blurry and have a grainy texture. The question above asks which face appears more like someone convicted of a crime with a high probability of reoffending.

### b. *Com Instrumento:*

Qual a face que lhe parece mais ser a de alguém que foi condenado por um crime e cuja avaliação viu?



A

L

The image shows two grayscale composite faces, labeled A and L, side-by-side. The faces are blurry and have a grainy texture. The question above asks which face appears more like someone convicted of a crime whose evaluation was seen.

### 3. Pedido DGRSP (perfis)



**Assunto:** Pedido de acesso a material (Perfis LS/CMI)

Exmo Sr. Diretor da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais,  
Caro Dr. Rómulo Mateus,

Escrevo-lhe no âmbito do projeto MiLD – Meritocracy in Legal Decisions, de que sou investigador principal, projeto este financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/PSI-GER/28765/2017).

Enquadradas neste projeto, estão a ser realizadas duas dissertações de mestrado de alunos do Mestrado de Psicologia Forense do ISPA – Instituto Universitário, orientados pela Prof.ª Doutora Mariana Miranda do ICS – Universidade de Lisboa e pelo Prof. Doutor Miguel Basto Pereira, do ISPA – Instituto Universitário. Os dois alunos estão igualmente a realizar os seus estágios académicos na Equipa Lisboa 1 (o aluno Diogo Soares) e na Equipa Lisboa 3 (a aluna Catarina Silva).

O tema central da investigação é conhecer as representações mentais que as pessoas têm de indivíduos com alto risco de reincidência. Para tal será aplicado um paradigma de Correlações Reversas (Dotsch & Todorov, 2012) a partir de uma instrução em que se pede aos participantes para visualizarem uma pessoa com alto nível de reincidência. Os participantes do estudo serão alunos que estão a ter formação específica para o trabalho no sistema de reinserção.

No entanto, e uma vez que as equipas penais se apoiam no LS/CMI (Andrews, Bonta, & Wormith, 2004) como ferramenta essencial para a gestão de caso (Loeber & Farrington, 2012), gostaríamos de acrescentar uma condição experimental adicional onde os participantes pudessem aceder a um perfil fictício de LS/CMI preenchido de forma a garantir um resultado de alto risco.

É neste aspeto específico que amavelmente solicitamos a colaboração dos V. serviços. Gostaríamos de ter acesso aos últimos 10 LS/CMI com risco alto ou muito-alto introduzidos no sistema nos últimos 6 meses. Obviamente, antecipamos que toda a informação que permite a identificação da pessoa seja previamente rasurada. A partir destes 10 casos criaremos um LS/CMI único, resultante da combinação dos fatores dinâmicos e estáticos presentes nos 10 casos reais. Será apenas este LS/CMI compósito que os participantes do estudo terão acesso. Portanto, os materiais que solicitamos servirão apenas de inspiração para a nossa equipa criar um perfil fictício e apenas esse perfil será utilizado no estudo (e visualizado pelos participantes).

Agradecemos desde já a atenção dispensada ao nosso pedido e mostramos a nossa disponibilidade para prestar mais informações.

Os melhores cumprimentos,

(Rui Costa Lopes, Investigador Auxiliar)

#### 4. Estatísticas Amostra Estudo 1

##### a. Tabela de Descrição da amostra do estudo 1

###### *Estatísticas*

|             |        | Sexo | escolarida<br>de | Orienta__<br>o_Pol_tica<br>_1 |
|-------------|--------|------|------------------|-------------------------------|
| N           | Válido | 255  | 256              | 245                           |
|             | Omisso | 17   | 16               | 27                            |
| Média       |        | 1,63 | 4,93             | 3,79                          |
| Erro Desvio |        | ,492 | ,845             | 1,049                         |

##### b. Tabela de Frequências Sexo

###### *Sexo*

|           |         | N   | %      |
|-----------|---------|-----|--------|
| Masculino |         | 96  | 35,3%  |
| Feminino  |         | 158 | 58,1%  |
| Outro     |         | 1   | 0,4%   |
| Omisso    | Sistema | 17  | 6,3%   |
| Total     |         | 272 | 100,0% |

**c. Tabela de Frequências Escolaridade**

*Escolaridade*

---

|                   | N   | %      |
|-------------------|-----|--------|
| 1º Ciclo          | 1   | 0,4%   |
| 2º Ciclo          | 1   | 0,4%   |
| 3º Ciclo          | 9   | 3,3%   |
| Ensino Secundário | 54  | 19,9%  |
| Licenciatura      | 132 | 48,5%  |
| Mestrado          | 56  | 20,6%  |
| Doutoramento      | 3   | 1,1%   |
| Omisso Sistema    | 16  | 5,9%   |
| Total             | 272 | 100,0% |

---

**d. Tabela de Frequências Orientação Política**

*Orientação Política*

---

|                    | N   | %      |
|--------------------|-----|--------|
| 1 Extrema-Esquerda | 8   | 2,9%   |
| 2                  | 19  | 7,0%   |
| 3                  | 50  | 18,4%  |
| 4                  | 115 | 42,3%  |
| 5                  | 47  | 17,3%  |
| 6                  | 4   | 1,5%   |
| 7 Extrema-Direita  | 2   | 0,7%   |
| Omisso Sistema     | 27  | 9,9%   |
| Total              | 272 | 100,0% |

---

**5. Tabela de Frequências das variáveis independentes na amostra do estudo 1.**

*CondiçãoExperimental*

---

|                        | N  | %     |
|------------------------|----|-------|
| FaceSemInstrumento     | 70 | 25,7% |
| AntiFaceSemInstrumento | 59 | 21,7% |
| FaceComInstrumento     | 71 | 26,1% |
| AntiFaceComInstrumento | 72 | 26,5% |

---

## 6. Consentimento informado estudo 1



UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



ISPA  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**Muito obrigado por querer participar.**

Este estudo procura perceber a avaliação que as pessoas fazem de diferentes faces. É um estudo promovido em colaboração entre o Instituto de Ciências Sociais da ULisboa e o ISPA - Instituto Universitário e tem o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/PSI-GER/28765/2017).

O estudo demora à volta de 5 minutos a responder.

Todas as respostas são **anónimas**.

Os dados serão utilizados exclusivamente para fins de investigação, mantendo assim a sua privacidade.

Após começar o estudo, - e porque garantimos o anonimato dos participantes - não existe a possibilidade de proceder à eliminação das suas respostas.

A sua participação é voluntária e poderá desistir a qualquer momento. A sua participação nesta investigação não lhe trará nenhum risco ou desconforto. Ao participar, estará habilitado ao sorteio de **1** voucher no valor de 25€ em cartão DÁ para compras em lojas do Grupo SONAE (incluindo por exemplo Continente, SportZone e Worten).

Se tiver alguma dúvida ou sugestão, poderá entrar em contacto com os investigadores responsáveis, através do seguinte email: [mariana.miranda@ics.ulisboa.pt](mailto:mariana.miranda@ics.ulisboa.pt)

**Confirmo que li o texto acima e que aceito as condições nele expressas.**

**7. Análise Fatorial Exploratória da medida de intenções prossociais.**

|  | <i>Loadings</i> | <i>M</i> | <i>DP</i> | <i>Comunalidades</i> |
|--|-----------------|----------|-----------|----------------------|
| <b>Intenções Prossociais</b>   |                 | 4.95     | 1.38      |                      |
| 1. Confortá-la depois de passar por uma experiência difícil.   | .751            | 4.34     | 1.78      | .621                 |
| 2. Ajudá-la a encontrar algo que tenha perdido, como as suas chaves ou o seu animal de estimação.  | .806            | 5.19     | 1.62      | .711                 |
| 3. Ajudá-la se estiver doente.   | .803            | 4.86     | 1.67      | .750                 |
| 4. Auxiliá-la com uma pequena tarefa (por exemplo, ajudar a carregar sacos de supermercado, vigiar as suas coisas enquanto vai a uma casa-de-banho). | .753            | 5.33     | 1.65      | .670                 |

**8. Imagem Item Similaridade**

The diagram illustrates seven items for similarity assessment. Each item consists of two overlapping circles. The left circle is labeled '1. Você' and the right circle is labeled 'A pessoa da imagem'. The degree of overlap between the circles varies from item 1 to item 7, representing different levels of perceived similarity.

## 9. Gráficos de teste dentre sujeitos para Valência (EmVal) e teste de comparações múltiplas.

### a. Teste de Comparações Múltiplas

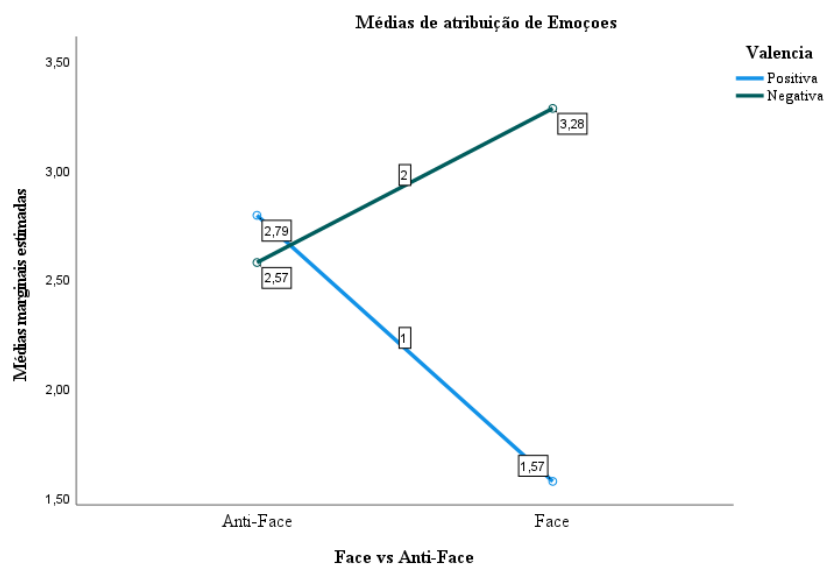
Comparações por Método Pairwise para Valência de Atribuição de Emoções

| Valencia            | Diferença média (I-J) | Estatística do teste Padrão | Sig. <sup>b</sup> | 95% Intervalo de Confiança para Diferença <sup>b</sup> |                 |
|---------------------|-----------------------|-----------------------------|-------------------|--|-----------------|
|                     |                       |                             |                   | Limite inferior  | Limite superior |
| Positiva - Negativa |                       |                             |                   |  |                 |
| 1 2                 | -.746*                | 0.114                       | .000              | -0.969   | -0.522          |

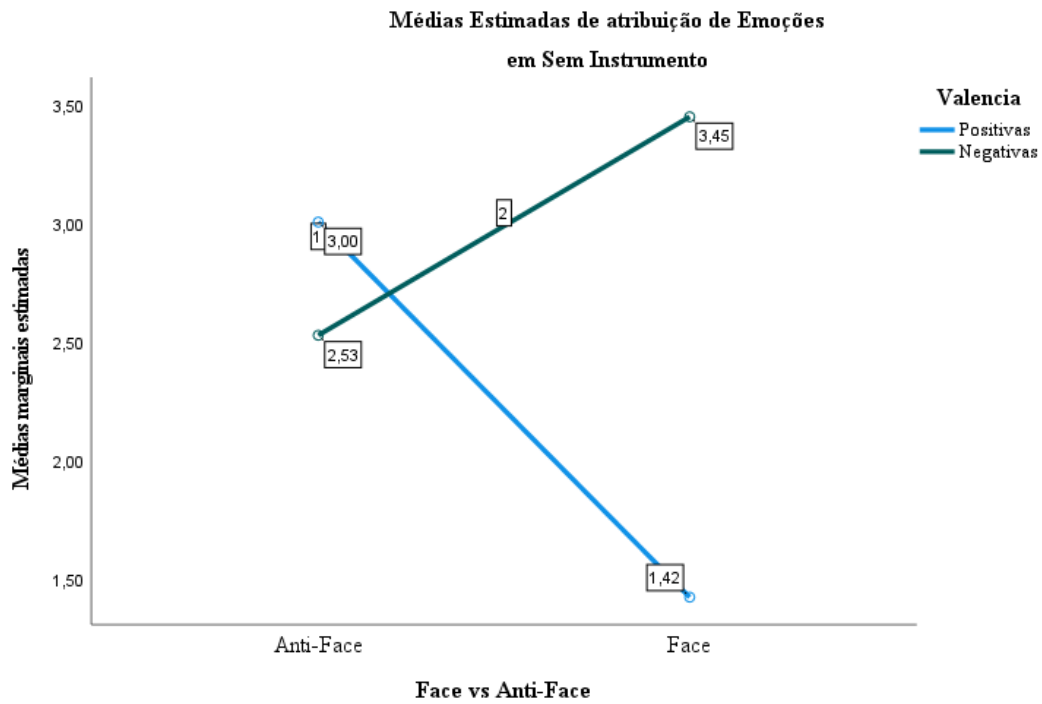
Baseado em médias marginais estimadas

\*. A diferença média é significativa no nível ,05.

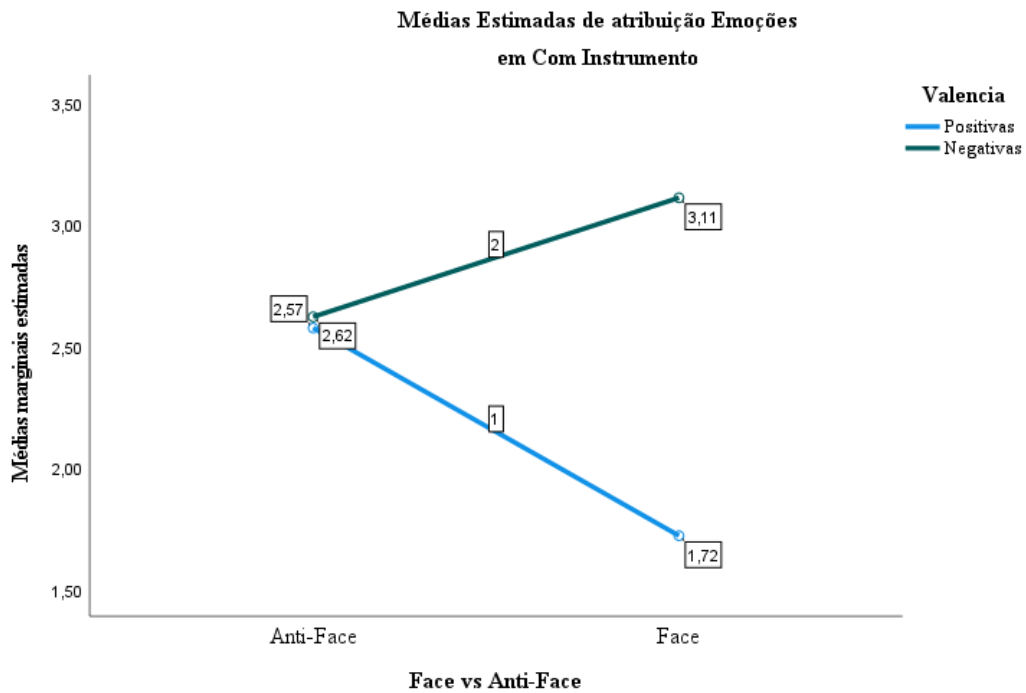
### b. Valência x Faces



c. Valência x Faces x Sem Instrumento

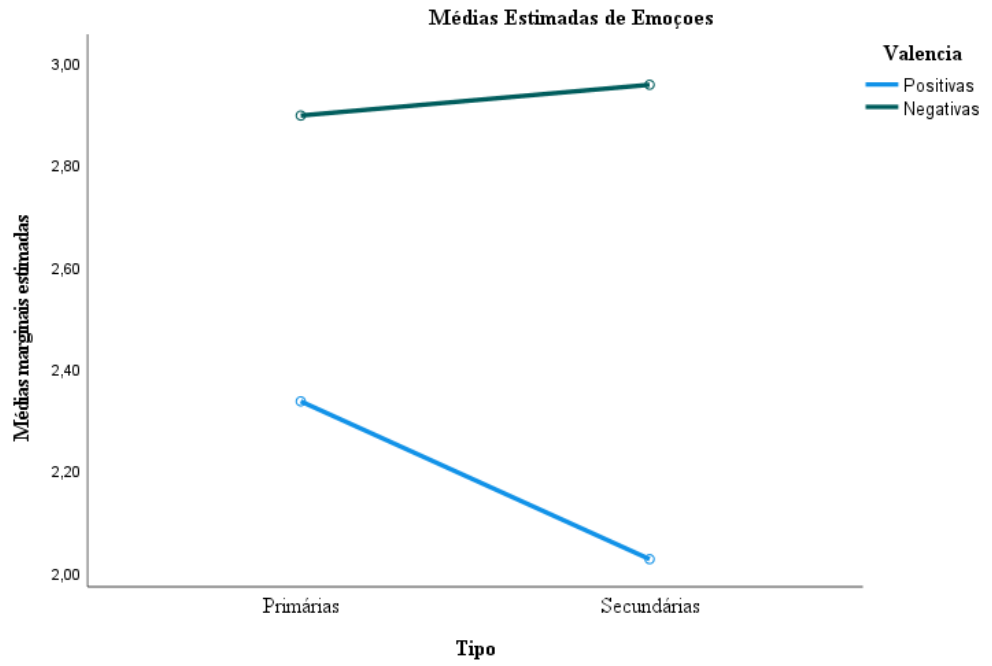


d. Valência x Faces x Com Instrumento

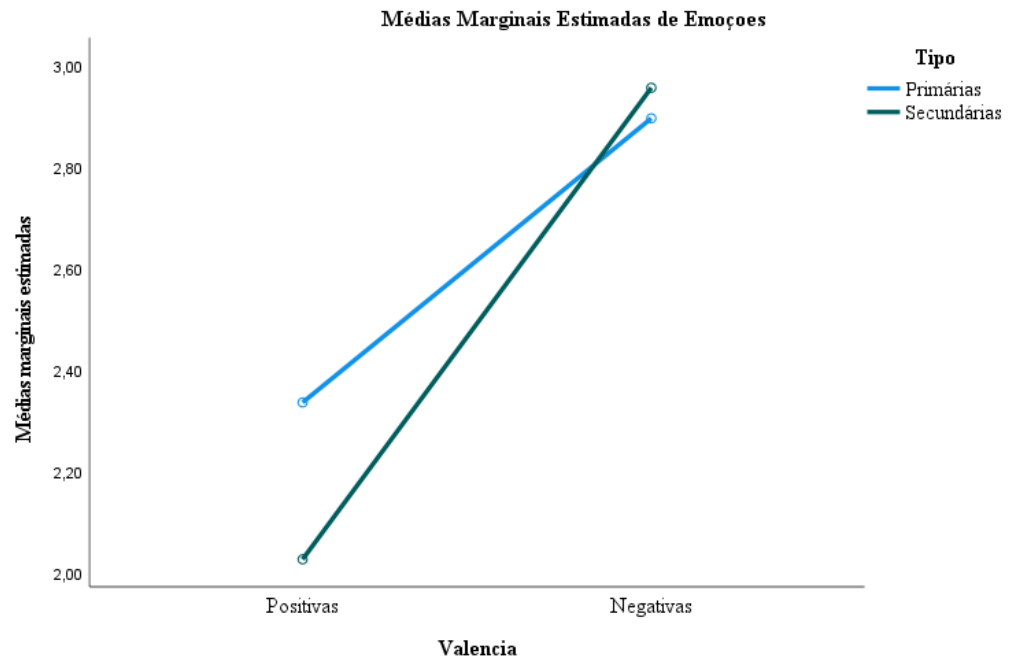


10. Gráficos para as diferenças entre a atribuição de emoções por tipo (EmTipo) e Valência (EmVal).

a. Tipo x Valência



b. Valência x Tipo



## 11. Teste de comparações múltiplas para a condição Faces.

*Comparações por Método Pairwise*

|                          |       |        | Estatística<br>do teste<br>Padrão | Sig. <sup>b</sup> | 95% Intervalo de<br>Confiança para<br>Diferença <sup>b</sup> |                    |
|--------------------------|-------|--------|-----------------------------------|-------------------|--|--------------------|
| Diferença<br>média (I-J) |       |        |                                   |                   | Limite<br>inferior   | Limite<br>superior |
| Face - AntiFace          |       |        |                                   |                   |  |                    |
| 1,00                     | -1,00 | -,256* | 0,095                             | 0,007             | -0,444   | -0,069             |

Baseado em médias marginais estimadas

\*. A diferença média é significativa no nível ,05.